



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA - FEF

**Kaihan Matheus de Lima Targino**

**Jogos Escolares: entre a concepção e a prática.  
Dilemas entre o caráter pedagógico e a busca pelo rendimento**

**Brasília, 2018**



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA - FEF

**Kaihan Matheus de Lima Targino**

**Jogos Escolares: entre a concepção e a prática.**

**Dilemas entre o caráter pedagógico e a busca pelo rendimento**

Trabalho de Conclusão de Curso de Educação Física apresentado para obtenção do Título de Licenciado em Educação Física pela Universidade de Brasília, sob orientação do Prof. Dr Pedro Fernando Avalone de Athayde

**Brasília, 2018**



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA - FEF

**Kaihan Matheus de Lima Targino**

**Jogos Escolares: entre a concepção e a prática.  
Dilemas entre o caráter pedagógico e a busca pelo rendimento**

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr Pedro Fernando Avalone de Athayde

Orientador/UNB

---

Prof. Dr Pedro Osmar Flores de Noronha Figueiredo

SEEDF

## AGRADECIMENTOS

A Deus e à Nossa Senhora, pela vida, saúde, inteligência e disposição a cada dia.

Aos meus pais, pelo apoio constante e, por muitas vezes, receberem meu silêncio às suas perguntas ou assuntos empolgados durante esse último mês, ou então, recebendo um “só um minuto, depois a gente conversa”. Perdão, eu os amo com todas as minhas forças.

Aos meus irmãos, pelos muitos barulhos, pelas cantorias, retirada de dúvidas durante a tentativa de realizar este trabalho, sem vocês não teria tanta graça. Brincadeiras à parte, os entrego a Deus e a Nossa Senhora e torço pelo vosso sucesso e felicidade.

À minha família, que, por muitas vezes, ficou com minha ausência durante o período de realização deste trabalho

À Bia, minha noiva e futura esposa, à pessoa mais entusiasmada que eu por essa graduação. Agradeço pelas críticas construtivas, revisões textuais, palavras de força e incentivo e receber, com extrema compreensão, minhas muitas ausências nos muitos convites desse semestre. Espero que venha uma formação pronta a contribuir para o nosso futuro juntos. Eu a amo imensamente e tenho enorme gratidão a Deus por ter cruzado nossas vidas.

Ao professor Pedro Athayde, por aceitar o convite para orientação neste trabalho, sendo paciente e sábio. Além da contribuição durante a graduação e mestre em duas das disciplinas cursadas

À Paula Amaral e ao Leandro Dalmas pelas orientações na reta final deste trabalho, que foram de fundamental importância para alinhamento e adequações técnicas.

Ao Leandro Fialho, meu parceiro de curso que me ajudou na escolha do tema.

Aos meus colegas de curso pelos muitos momentos vividos neste ciclo da graduação. Espero encontrá-los futuramente em uma vida de sucesso e impactando positivamente a vida de muitos.

Ao professor Pedro Tatu, que cordialmente aceitou fazer parte da banca examinadora deste trabalho.

Aos professores Guilherme Molina, Ricardo Bezerra e Leonardo Llamas por serem o que são, exemplos de excelentes profissionais a quem devo muito pelo conhecimento adquirido nos semestres cursados na Universidade de Brasília.

À Universidade de Brasília como local o qual proporcionou um desenvolvimento do saber e do senso crítico voltado para a vida.

## RESUMO

O presente estudo tem como tema os Jogos Escolares e as possíveis contradições entre ser um evento com caráter educacional ou um mero reproduzidor da lógica do alto rendimento. O objetivo foi analisar sobre essas possíveis tensões existentes e qual seria a predominância na esfera gerencial dos jogos. Examinou-se sobre o aspecto de participação, acessibilidade, adequação ao esporte escolar e alinhamento da fala do gestor com os documentos oficiais. Além da análise dos documentos oficiais dos Jogos Escolares no Distrito Federal, foi realizada uma entrevista com o gestor dessa política pública na Secretaria de Educação e leituras relacionadas ao tema. O resultado da discussão oscilou entre uma tentativa de educação pelo esporte e a reprodução de regras, premiações, punições e a busca pelo índice técnico, lógicas do esporte de alto rendimento. Por fim, chegou-se à conclusão que há um movimento em prol do esporte escolar no discurso do gestor, porém algumas adequações precisam ser realizadas por parte da gestão em seus documentos oficiais para atingir os objetivos educacionais.

**Palavras-chave:** Jogos Escolares, esporte escolar, caráter pedagógico, esporte de alto rendimento.

## **ABSTRACT**

The present study has as theme School Games and its possible contradictions between an event with an educational character and a reproducer of high performance logic. The objective was to analyze these possible existing tension and what would be the predominance in the managerial sphere of games. It was analyzed the aspect of participation, accessibility, adequacy to the school sport and the manager's speech with the official documents. Besides of an analysis the official documents of the School Games in the Federal District, was made an interview conducted with the manager of public policy in the Department of Education and Readings related to this subject. The result of this discussion oscillated between an attempt of education by the sport and a reproduction of rules, awards, punishments and a search for the performance index, derivated from high performance sports. Finally, it was concluded that there is a movement in favor of school sports in the manager's discourse, but some adjustments need to be made by management in its official documents to achieve the educational objectives.

**Keywords:** School games, school sport, pedagogical character, high performance sport.

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	8
<b>CAPÍTULO 1: REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	11
1.1. <b>Breve histórico do esporte</b> .....	12
1.2. <b>O “esporte na escola” e o “esporte da escola”</b> .....	19
1.3. <b>Jogos escolares: rendimento ou educação?</b> .....	26
<b>CAPÍTULO 2: RESULTADO E DISCUSSÃO</b> .....	31
2.1. <b>O que são os jogos escolares</b> .....	32
2.2. <b>Faixa etária</b> .....	33
2.3. <b>Objetivos</b> .....	35
2.3.1. Fomentar a prática desportiva.....	36
2.3.2. Desenvolvimento integral .....	38
2.3.3. Busca por talentos.....	39
2.4. <b>Responsabilidades</b> .....	42
2.5. <b>Inclusão x exclusão</b> .....	44
2.6. <b>Comportamento dos participantes</b> .....	46
2.7. <b>Rendimento x educação</b> .....	48
2.7.1. Nomenclatura .....	49
2.7.2. Regional x Nacional .....	50
2.7.3. Desempate .....	51
2.7.4. Premiação.....	52
2.7.5. Regras.....	53
2.7.6. Mercantilização .....	56
<b>CONCLUSÃO</b> .....	58
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	61

## APRESENTAÇÃO

Neste trabalho, será abordado o tema dos Jogos Escolares, disputados na esfera do Distrito Federal, buscando analisar possíveis tensões entre uma concepção educacional do esporte, ou seja, o Esporte Escolar, a qual os jogos se enquadram, e a concepção de desempenho e rendimento. O interesse pelo assunto surgiu quando do curso da disciplina “Políticas Públicas e Educação Física” na graduação, ministrada pelo professor orientador deste trabalho. Posteriormente, definiu-se os Jogos Escolares, pela prévia participação na política pública, pelo interesse em um tema que envolvesse esportes e pelo professor que orientaria o trabalho, sendo aquele que disponibilizou disciplina na graduação o primeiro contato com o assunto.

Embora os Jogos Escolares se enquadrem na concepção do Esporte Escolar, buscando um caráter educativo por meio da linguagem esportiva, eles sofrem grande influência da dimensão do alto rendimento, podendo ofuscar a pedagogia do evento através da mera reprodução e exacerbação da competição e do foco no resultado.

Nesse sentido, os objetivos foram traçados da seguinte maneira:

Objetivo Geral:

- Analisar, em nível da gestão, se nos Jogos Escolares do Distrito Federal há predominância da dimensão do esporte de desempenho ou do esporte educacional.

Objetivos específicos:

- Analisar os Jogos Escolares do Distrito Federal sobre os aspectos da inclusão e participação;
- Identificar se há democratização do esporte;
- Analisar pontos de tensão entre o esporte escolar e o esporte de rendimento;
- Destacar pontos de desalinhamento entre os objetos de análise (discurso do gestor e documento do evento).

Tal temática torna-se relevante em ser analisada na tentativa de fortalecer outras concepções do esporte. Sofremos grande influência do esporte institucionalizado, aquele com grande valor midiático, com uma

mercantilização vasta, que consumimos diariamente. Entretanto, se faz necessária a reflexão sobre o modo de praticar esse esporte, voltar o olhar para um rendimento possível, uma ótica de lazer, bem como para contribuir na formação dos indivíduos. Ou seja, outras concepções da prática. Outro ponto importante a ser destacado é a falta de estudos acerca da política pública no Distrito Federal em face do extenso tempo que é realizado.

A ideia do Esporte Escolar, utilizando-se dos Jogos Escolares, é a de acesso à linguagem esportiva, como manifestação da cultura corporal, entendendo-se o potencial educativo nele contido. O movimento nesse sentido pode, inclusive, influenciar positivamente o consumo, a prática/vivência da dimensão do alto rendimento. Além do exposto, há, também, a intenção pela democratização do esporte, sendo ele um direito constitucional de todo cidadão.

Para alcance dos objetivos propostos neste trabalho foi realizada uma pesquisa qualitativa, a qual “preocupa-se [...] com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32). Quanto à base lógica da investigação, foi utilizado o método dialético, o qual “fornece bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade” (GIL, 2008, p. 14). Já quanto ao método técnico da investigação, utilizou-se o método comparativo que “procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vista a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles.” (GIL, 2008, p. 16). Os instrumentais utilizados para a discussão foram uma pesquisa bibliográfica que “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2008, p. 50). Fez-se a leitura de artigos e livros sobre o tema do presente trabalho bem como temas correlacionados.

Também, utilizou-se de pesquisa documental, que se assemelha à pesquisa bibliográfica, porém ambas divergindo quanto à natureza das fontes (Gil, 2008). A pesquisa documental foi realizada em documentos oficiais de jogos escolares tanto do Distrito Federal (desde a 54<sup>a</sup> a 58<sup>a</sup> edição<sup>1</sup>, com

---

<sup>1</sup> Entre os anos de 2014 e 2018.

exceção da 55<sup>a2</sup>), quanto de outros estados, bem como boletins referentes aos jogos e censo escolar da Secretaria de Educação. Por fim, foi realizada uma entrevista com o gestor da Gerência de Educação Física e Desporto Escolar da Secretaria de Educação do Distrito Federal. O nível de estruturação da entrevista foi semiestruturada que combinou “perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto.” (BONI; QUARESMA, 2005, p. 75), dando ao gestor certa liberdade para falar sobre assuntos interligados às perguntas feitas.

Segundo Gil (2008), a entrevista é “a técnica em que o investigador se apresenta ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação.” (p. 109). Assim, buscou-se obter do gestor responsável pela política pública dos jogos escolares informações que pudessem contribuir para a análise feita neste trabalho. As informações obtidas por meio da entrevista foram utilizadas para analisar o alinhamento entre a fala do gestor e o documento oficial dos jogos, sendo possível, também, obter algumas explicações do que não estava explícito no regulamento. Essas explicações foram fundamentais para descartar dispositivos passíveis de ambiguidade.

As partes deste trabalho seguem uma sequência lógica para a contextualização daquilo que tem relação com a discussão do tema. Em um primeiro momento, faz-se um breve histórico do esporte, tendo por objetivo demonstrar sua grande influência como fenômeno sociocultural; em um segundo momento, mostra-se a apropriação do esporte pela escola e a discussão do trato dado a ele, tanto em sua prática quanto em sua reflexão; já num terceiro momento, é destacado um breve histórico dos objetivos dos jogos escolares em sua etapa nacional e a relação entre o esporte educacional e o esporte de rendimento; por fim, foram feitas discussões correlacionando os documentos pesquisados, as falas da entrevista com o gestor e a literatura referente ao tema para analisar qual seria a predominância das dimensões do esporte contida nos Jogos Escolares do Distrito Federal a nível da gestão do evento.

---

<sup>2</sup> O documento não foi encontrado.

# **CAPÍTULO 1: REFERENCIAL TEÓRICO**

### **1.1. Breve histórico do esporte**

Neste primeiro tópico, será feito um apanhado breve sobre a história do esporte a partir de duas grandes tendências sobre sua gênese. O foco recairá sobre a segunda tendência a qual se refere ao esporte moderno, fenômeno que mais se aproxima daquilo que conhecemos sobre o esporte nos dias atuais. Há um destaque de dois grandes eventos esportivos para demonstrar a consolidação e abrangência do esporte como um fenômeno sociocultural influente na sociedade mundial. Consequentemente, essa influência também recairá sobre o âmbito escolar, local onde o esporte será objeto de prática e de debate. O movimento escolar juntamente com reflexões críticas fará menção a uma nova dimensão do esporte, utilizando-o como objeto pedagógico. Nesse sentido, aparece a figura do Esporte Escolar que se aproxima do esporte de rendimento, mas com cunho educacional. O esporte escolar abarca os jogos entre escolares.

Ao falarmos da história do esporte, é necessário que balizemos primeiro qual referencial de esporte trataremos. Há diversas interpretações históricas e filosóficas sobre o fenômeno. A partir das considerações de Melo (2010), encontramos duas grandes tendências a serem observadas sobre a gênese do esporte: a primeira propõe “que a manifestação esportiva já existia na Antiguidade, sendo perceptível em jogos que eram praticados por chineses, egípcios, gregos, romanos, entre outros” (MELO, 2010, p. 51), enquanto a segunda entende o esporte como “um fenômeno moderno, que, mesmo apresentando similaridades técnicas com antigas manifestações culturais, possui sentidos e significados bastante diferenciados daqueles jogos ‘pré-esportivos’.” (MELO, 2010, p. 51).

Ainda que tratemos da primeira grande tendência, daremos um enfoque maior na segunda, acreditando que seja uma interpretação mais próxima do fenômeno esportivo o qual vivenciamos na atualidade.

A primeira referência nos remete à Grécia antiga, a qual era separada em cidades-estados, com a sociedade dividida por classes e que viviam uma época de constantes batalhas. As atividades eram separadas de acordo com a classe a qual pertenciam as pessoas. Segundo Passos (2017), as atividades intelectuais, de organização e repouso eram bem vistas e pertenciam à classe dirigente, enquanto que as “manuais eram desprezadas pelos homens livres e

asseguradas pela classe correspondente aos escravos.” (PASSOS, 2017, p. 99). O esporte antigo, por assim dizer, era caracterizado pela influência das guerras, sendo como que um treinamento para os campos de batalha. Além das guerras há de se destacar acerca da utilização dessas atividades como parte da educação dos mais novos.

Segundo Tubino (2006), foram os gregos de Atenas que passaram a dar uma finalidade educativa para os exercícios físicos, embora aqueles de Esparta continuassem a se exercitar visando a preparação para as guerras.

A partir desses princípios de formação, educação, moralização e religiosos que os gregos acreditavam serem transmitidos pelos esportes, foram fundados os Jogos Olímpicos. Foi um “evento que registrou pela primeira vez a ocorrência de uma organização para a competição. Os Jogos Gregos são um marco da história esportiva, pois representam a concepção inicial do esporte.” (TUBINO, 2006, p. 13). Os Jogos aconteciam em Olímpia, na Élide, em homenagem a Júpiter e deveriam elevar Zeus. Por doze séculos, de quatro em quatro anos, ocorreram as Olimpíadas cujas modalidades iniciais foram a corrida livre, corrida hípica, corrida armada ou hoplitodramia, luta, pentatlo, pugilato, pancrácio e esporte equestres (Colli, 2004). Aos escravos era somente permitida a observação, enquanto que as mulheres nem sequer podiam participar para assistir. Era um momento sagrado e altamente valorizado pelos gregos a ponto de cessarem guerras para que ocorressem os Jogos. Era “época de paz” quando do acontecimento do evento em Olímpia, para onde o país voltava sua atenção.

Segundo Colli (2004), as Olimpíadas foram vítimas da rivalidade entre as cidades, fazendo com que a Grécia entrasse em decadência. “O idealismo do olimpismo cedeu espaço para a busca do lucro, com a disseminação da corrupção e o uso de substâncias estimulantes” (COLLI, 2004, p. 9). Por volta de 390 d. C., o imperador romano Teodósio I ficou gravemente doente após uma guerra em Tessalônica e recorreu a Dom Ambrósio, bispo de Milão, pedindo-lhe por sua saúde. Após a sua conversão ao cristianismo, o imperador aceitou todos os desejos do bispo, um dos quais era abolir todas as festas consideradas pagãs e assim foram extintos os Jogos Olímpicos. (Colli, 2004)

Embora, tenham sido extintas as Olimpíadas em seus moldes originais, seus esportes continuaram por influenciar alguns dos jogos que ocorriam no Império Romano.

Assim, as possibilidades humanizantes do esporte não são incorporadas pela aristocracia romana na perspectiva grega, como o atletismo que é mantido estranho à educação romana, que, aliás, se tornará hegemonicamente ligada a uma formação espiritual e conservadora de caráter abstrato. A preparação militar, outro aspecto relacionado à prática dos esportes, é pouco a pouco considerado inútil devido ao emprego de mercenários para tais propósitos. No devir histórico da sociedade romana o esporte irá desaparecer, assim como os Jogos Olímpicos que tinham perdido todo o seu significado, sendo suspenso no ano 394 pelo Imperador Teodósio. (PASSOS, 2017 p. 100)

A segunda tendência a que nos referimos nesse trabalho e acreditamos ser mais próxima ao esporte o qual temos contato na atualidade, provém da modernidade, advinda e influenciada pela Revolução Industrial, no século XVIII. Jogos que passaram a ser praticados pela burguesia, de maneira amadora, aproveitando o tempo de ócio e de lazer e, pouco a pouco, desenvolveram-se dentro das escolas, pelas classes trabalhadoras, fazendo com que se espalhasse por diversos países até, conseqüentemente, advir à institucionalização e ao associacionismo, prezando por um catálogo de regras, organização da prática, surgimento das federações.

Os jogos no século XVIII, na Inglaterra, passam a ter características típicas do capitalismo, como a disputa e competitividade, focalizando os resultados, a racionalização, valores e princípios distintos do esporte na antiguidade, onde se exaltavam os corpos, com cunho religioso e, até mesmo, bélico.

Esses jogos expandiram-se pelo país e pelo continente, porém passaram a ser mal vistos, como uma ameaça à propriedade e ordem pública e encontraram seu “refúgio” dentro das escolas britânicas. Segundo Bracht (2011), no ambiente escolar esses jogos passaram a ter uma regulamentação, ganhar forma e aproximando-se daquilo que conhecemos como o esporte hoje.

Ao final do século XIX, aparece a figura do Barão de Coubertin propondo a volta dos Jogos Olímpicos, o ressurgimento dos Jogos Olímpicos da Antiguidade a partir daquele mesmo espírito. Realizou-se um Congresso em 1894, na França, e em 1896 aconteceram os primeiros Jogos Olímpicos

Modernos, em Atenas, na Grécia, remontando a prática dos jogos disputados na época antiga. Uma das frases de Coubertin sobre as novas Olimpíadas diz: "Por que restabeleci os Jogos Olímpicos? Para enobrecer e fortalecer o esporte, para assegurar independência e perenidade ao esporte, para torná-lo apto a preencher o papel educativo que lhe cabe no mundo moderno"<sup>3</sup>.

[...] a vontade de P. de Coubertin de transmitir através dos Jogos Olímpicos uma filiação histórica entre o esporte moderno e o antigo e todas as declarações mais ou menos ideológicas sobre o humanismo esportivo grego indicam uma tendência de apresentar o fenômeno esportivo moderno como uma expressão legítima do esporte grego e também como uma espécie de entidade trans-histórica, um fenômeno cultural, uma construção da humanidade que através dos séculos tem conservado a sua essência e a natureza social da época grega (BROHM apud PASSOS, 2017 p. 101).

É importante comentar aqui sobre os Jogos Olímpicos Modernos no desenvolver da história dos esportes pelo caráter ideológico o qual eles foram propostos e o que isso implicou na situação a qual vivenciamos o esporte nos dias atuais.

Para Coubertin, o esporte possuía um caráter educativo e unificador, os quais aproximariam os povos, como outrora, ocorria nos jogos da Antiguidade, onde se cessavam guerras e havia foco voltado ao evento, unindo, assim, as cidades-estado da Grécia clássica. É certo, também, que havia um interesse aristocrata do Barão em promover um evento elitista. Segundo Proni (2004)

Para ele [Pierre de Coubertin], os Jogos constituíam um momento de "consagração do culto da prática atlética no mais puro espírito do verdadeiro esporte" e representavam assim uma maneira de resgatar os nobres valores de uma época remota. A Olimpíada era, acima de tudo, um evento cultural destinado às elites – aos que cultuavam costumes refinados e eram transmissores da civilização ocidental. (p. 3)

Embora, por um lado houvesse a ideia de separação de classe (influenciada pela formatação social da época), havia um interesse de contato com outros povos e conhecimento de outras culturas. Através do esporte e seus valores, segundo Coubertin, o mundo se aproximaria de forma pacífica e civilizada, tendo relações amistosas e solidárias. Sendo assim, no dia da criação do Comitê Olímpico Internacional (COI), como também, "estava em formação a concepção moderna do Olimpismo, filosofia que sintetiza a relação

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/biografias/pierre-de-coubertin.htm>. Acesso em: 18 Jun. 2018.

amigável entre as pessoas de diferentes países a partir da prática do esporte” (TADINI, 2008 p. 3). Essa filosofia que seria proveniente dos jogos tornou-se, portanto, um dos princípios fundamentais inscritos na Carta Olímpica<sup>4</sup> tal sua relevância, sendo:

[...] uma filosofia de vida que exalta e combina de forma equilibrada as qualidades do corpo, da vontade e da mente. Aliando o desporto à cultura e educação, o Olimpismo procura ser criador de um estilo de vida fundado no prazer do esforço, no valor educativo do bom exemplo, na responsabilidade social e no respeito pelos princípios éticos fundamentais universais. (CARTA OLÍMPICA, 2011, p. 25)

Com a organização dos praticantes dos jogos em clubes esportivos e organizações regionais, o movimento do esporte cresceu, tomando proporções políticas. As autoridades políticas viram nesse movimento uma forma de expandir-se, demonstrar superioridade e poder sobre os outros Estados, caso prosperassem nas modalidades esportivas. As políticas públicas envolvendo os desportos aumentaram como nunca visto antes, bem como, os investimentos em especializações e treinamentos de atletas para a disputa dos jogos. Assim, houve o aumento de modalidades e praticantes por todo o mundo, “já com uma intervenção permanente do Estado na maioria dos países” (TUBINO, 2006, p. 17).

Os ideais pedagógicos do esporte pensados por Coubertin num primeiro momento ao reinstaurar os Jogos Olímpicos foi perdendo força para o aspecto político que o envolvia. Cada vez mais o desporto tomava rumos de competitividade e rendimento, adequando-se à lógica capitalista. Conforme Tubino “o conceito de esporte, depois de classificado como moderno, foi abandonando a perspectiva pedagógica e incorporando pouco a pouco um sentido de rendimento” (TUBINO, 2006, p. 17). O próprio Coubertin não estava satisfeito com os rumos que o esporte estava tomando, como ele servia à lógica mercantil e encontrava-se amplamente politizado. Sendo assim, ele publicou, em 1930, uma “Carta da Reforma Esportiva”, onde para o idealizador das Olimpíadas modernas o esporte estaria contribuindo para uma mercantilização e regressão intelectual.

---

<sup>4</sup> Disponível em: [http://www.fadu.pt/files/protocolos-contratos/PNED\\_publica\\_CartaOlimpica.pdf](http://www.fadu.pt/files/protocolos-contratos/PNED_publica_CartaOlimpica.pdf). Acesso em: 29 Nov. 2018

A tentativa de recuperar o espírito original do esporte e dos Jogos Olímpicos através da Carta da Reforma Esportiva não foi forte o bastante para frear o movimento ideológico-político, o qual usava o esporte como forma de auto-promoção no cenário mundial. Segundo Tubino (2006), pelo seu grande apelo popular, o esporte tornou-se um poderoso instrumento de propaganda política.

O primeiro grande episódio que evidencia o uso do esporte como meio de promoção de ideais políticos foi nos Jogos Olímpicos de Berlim. Segundo Tubino (2006), Hitler, “aproveitando o fato de Berlim sediar os Jogos Olímpicos de 1936, organizou a competição no sentido de que fosse um ato internacional de constatação da supremacia da raça ariana.” (TUBINO, 2006, p. 18) Contudo, Hitler não contava com o talento de um jovem negro, atleta americano de nome Jesse Owens, o qual conquistou o primeiro lugar no pódio nas principais provas de atletismo de curta distância e saltos. Ele conquistou quatro medalhas de ouro e desbancou os atletas alemães e a teoria da supremacia da raça ariana em pleno estádio Olímpico de Berlim. Muito irritado e vendo que teria de entregar as medalhas ao atleta negro, o ditador alemão saiu do estádio antes da cerimônia e presenciou sua teoria da superioridade de raça cair por terra diante da multidão que ali estava.

Outro momento na história no qual o esporte sofreu a influência política, segundo Tubino (2006), foi após o término da Segunda Guerra Mundial, onde o mundo encontrou-se dividido em dois grandes blocos: um, liderado pelos Estados Unidos, sendo o bloco capitalista; outro, liderado pela União das Repúblicas Soviéticas, o bloco socialista. Período denominado Guerra Fria. Tubino afirma que “esses dois lados, indistintamente, criaram fortes estruturas com o objetivo de obter vitórias esportivas internacionais, que foram usadas na propaganda ideológica como comprovação de superioridade de cada regime político.” (TUBINO, 2006, p. 18). A vitória dos atletas de um dos blocos representavam a afirmação e superioridade de um sobre o outro e as disputas nos jogos deixavam transparecer esse aspecto “extracampo”, altamente influenciado politicamente.

Neste momento, também surge a cultura do *doping* e suborno no esporte, os quais eram utilizados como forma de ganhar a qualquer custo e demonstrar sua superioridade. Tubino (2006) chama essa ação de

“chauvinismo da vitória”, o qual implica alcançar a vitória inconsequentemente, fazendo o que for preciso, a qualquer custo, desconsiderando o “fair play”, o jogo limpo.

Mais dois episódios ocorreram nesse sentido e por meio da Guerra Fria: como os boicotes aos Jogos Olímpicos de 1980 em Moscou, contando com mais de 60 países do bloco capitalista e arquitetado pelos Estados Unidos, bem como aos Jogos de Los Angeles em 1984, onde aderiram somente as repúblicas soviéticas. (MEIHY; SOUZA, 2017)

Outro e último caso a ser citado nesse breve histórico do esporte diz respeito ao episódio envolvendo o esporte brasileiro, mais especificamente, a relação entre a Ditadura Militar Brasileira, o futebol e a seleção nacional. Segundo Kolyniak Filho (1996), no período pré e pós Copa do Mundo de 1970 que foi sediada no México, o governo aproveitou-se do evento esportivo e o desempenho da seleção nacional para sua propaganda governamental e mascarar problemas internos. Atrélaram o sucesso do time brasileiro com o desenvolvimento econômico, ou seja, o bom desempenho no futebol refletiria a suposta ascensão política e progresso econômico do país. Segundo Darido (2003), os governantes queriam passar a imagem ao mundo de uma nação ambiciosa em ser uma grande potência e era de fundamental importância retratar isso através do esporte. Segundo Bracht (1989), o slogan da época era “Brasil Grande”.

A influência negativa da política no esporte é demonstrada na Copa do Mundo de 1966, com sede na Inglaterra, onde a inconstância marcou presença na seleção brasileira sob a influência do governo. A Confederação Brasileira de Desportos (CBD), influenciada pelo governo, convocou quatro equipes diferentes e marcou amistosos em cidades estrategicamente favoráveis à propaganda do governo. Segundo De Castro (2012), diante do “caos” na preparação, a seleção acabou por fracassar e não chegar nem a disputar a segunda fase da competição, sendo eliminada ainda na fase de grupos. Segundo Esteves (2014) para os militares, o sucesso da seleção refletiria o período do milagre econômico no qual vivia a economia brasileira. Nos filmes produzidos pelo governo fica nítida a tentativa de estabelecer uma relação entre o sucesso do futebol e da economia do país.

Hoje, o esporte continua servindo a outras tantas instituições não tão somente aos governos, poderíamos citar: indústrias de marketing, farmacêuticas, grandes marcas esportivas, entre outras. Tais entidades acabam por ditar muitas vezes o rumo de atletas e, até mesmo, de modalidades inteiras. Além da influência midiática que aquecem as vendas de produtos utilizados pelos atletas em evidência, venda da imagem, do corte de cabelo ou de gestos e gírias a serem utilizadas. Em outras palavras, ao uso político do esporte, somou-se o interesse pelo seu potencial econômico.

A partir desse breve histórico do esporte, percebe-se o quão esse fenômeno é influente e faz-se responsável pelo movimento cultural nas sociedades. Tubino (2006), vai dizer que “ele é um fenômeno profundamente humano, de visível relevância social na história da humanidade e intimamente ligado ao processo cultural de cada época” (p. 12). Sendo assim, o esporte é um dos fenômenos socioculturais presentes no âmbito escolar. Será abordado no tópico subsequente sobre a relação do esporte com a instituição escolar.

### **1.2. O “esporte na escola” e o “esporte da escola”**

Após um breve histórico sobre o esporte, tentando demonstrar sua importância e credibilidade a partir da Copa do Mundo de futebol e dos Jogos Olímpicos modernos, sua utilização e influência política no Brasil e, também, no mundo, o objetivo agora é mostrar a relação do fenômeno esporte com a escola. Num primeiro momento, será abordado sobre o conceito da instituição escolar e sua função. Posteriormente, como o esporte passou a ser tratado no âmbito escolar, para enfim, chegar à reflexão de utilização do esporte como um objeto pedagógico, ou seja, a escolarização do esporte.

Segundo Tubino (2006, p. 7), “o esporte é considerado um dos fenômenos socioculturais mais importantes neste final do século XX” (até os dias atuais). O autor continua sua afirmação destacando o grande número de praticantes, bem como, a presença do fenômeno em diversos espaços físicos e midiáticos. Estes espaços são diversificados e mantêm “nítidas ligações” com o esporte, como, por exemplo, a Ciência, Saúde, Cultura e, inclusive, a Educação (TUBINO, 2006, p. 44).

Seguirei adiante nesse assunto com base em artigos e autores que tratam e fazem reflexões críticas acerca da função social da instituição escola,

a hegemonia do esporte enquanto objeto de estudo da Educação Física e, em certo tempo, até igualando o conceito da Educação Física com o conceito de Esporte, e, por fim, a apropriação do fenômeno esportivo pela escola, criando uma cultura do esporte escolar.

Antes, ainda, de adentrar ao assunto, faz-se necessário o entendimento acerca da instituição escolar, sua função e autonomia. Dentre muitas classificações e muitos conceitos sobre a escola, temos um entendimento usado por Vago apoiando-se em Bracht (1992, p. 19) o qual diz que:

a instituição educacional é produto de um processo de complexificação da sociedade – produzido fundamentalmente pelo desenvolvimento das forças produtivas – que determinou uma diferenciação de sistemas, os quais cumprem, no conjunto das relações sociais, determinadas funções: a transmissão do saber social acumulado exigiu o surgimento de uma instituição para cumprir tal tarefa – o sistema educacional.

Nessa definição dada por Bracht, temos que a escola serve à sociedade com a “tarefa” da “transmissão do saber social acumulado”, servindo como transmissora daquilo que culturalmente e de forma relevante desenvolveu-se pelas “forças produtivas”. Ainda na mesma linha de raciocínio, quanto à escola vista como transmissora, Forquin (1992, p. 28) contribui dizendo que

A escola não é apenas, com efeito, um local onde se travam fluxos humanos, onde se investem e se gerem riquezas materiais, onde se travam interações sociais e relações de poder; ela é também um local – o local por excelência nas sociedades modernas – de gestão e de transmissão de saberes e de símbolos.

Além do supracitado por Forquin (1992, p. 31), este faz menção a Denis Lawton com outra contribuição para a atribuição escolar, dizendo que:

Certos aspectos de nosso modo de vida, certos tipos de conhecimento, certas atitudes e certos valores são considerados, na verdade, como tendo suficiente importância para que sua transmissão à geração seguinte não seja deixada ao acaso em nossa sociedade, mas seja confiada a profissionais especialmente formados (os docentes) no contexto de instituições complexas custosas (as escolas).

Em contrapartida, temos autores que Vago (1996) cita defendendo a autonomia da instituição escolar, não entendendo a instituição escolar como um sistema subordinado a outros sistemas e fadada a meramente transmitir ou reproduzir um arcabouço de saberes. Porém, defende-se a ideia de que a instituição educacional tem, num primeiro momento, como nos diz Forquin

(1992) apoiando-se em Michel Verret, transformar previamente um objeto em objeto de ensino, para assim, transmiti-lo. Contudo, ainda nos encontramos diante da ideia de transmissão e Chervel (1990) vai além, dizendo sobre o movimento interior da instituição, ou seja, aquele conhecimento que provém da própria escola, reinventando, por exemplo, o fenômeno esportivo, não só o reproduzindo, bem como, Nóvoa (1994, p. 15) que critica:

Historicamente a escola foi vista como um “lugar de cultura”: primeiro numa acepção idealizada de aquisição de conhecimentos e das normas “universais”, mais tarde numa perspectiva crítica de inculcação ideológica e de reprodução social. Num e noutro caso, ignorou-se o trabalho interno de produção de uma cultura escolar, em relação com o conjunto das culturas em conflito numa dada sociedade, mas com especificidades próprias que não podem ser olhadas apenas pelo prisma das sobredeterminações do mundo exterior.

Vago (1996) faz a síntese desses dois conceitos apresentados por Chervel e Nóvoa para criticar a visão reprodutora da escola e afirmar seu posicionamento quanto à capacidade crítica e autônoma da escola de ter sua própria cultura gerada em seu interior.

Percebendo a escola como instituição social, independente dos conceitos vistos acima quanto a sua finalidade, é fato que ela trata de fenômenos socioculturais, onde dentre estes está o esporte. Assim sendo, o esporte como um fenômeno de grande abrangência mundial e altamente influente na vida dos seres humanos como elemento cultural não podia estar à margem dos conteúdos escolares. Segundo Bracht (1992, p. 22) foi no período pós-guerra (Segunda Guerra Mundial) que o esporte sofreu um grande desenvolvimento quantitativo, tornando-se à época “elemento hegemônico da cultura de movimento” nos países os quais eram influenciados pela cultura europeia. Vago (1996, p. 10) comenta que:

A escola não poderia ficar alheia a todo esse processo histórico de consolidação do esporte como prática cultural da sociedade moderna. Ele penetra por seus portões, é praticado em seus espaços e em seus tempos, consolida-se como conteúdo de ensino da Educação Física (o espaço e o tempo oficiais para o seu ensino). É eleito (ou imposto?) como algo digno de ser ensinado. Em suma, é por esse processo histórico que se tem o “esporte na escola”: o esporte entrou no campo da escola.

Com o advento do esporte na escola e, mais precisamente, como objeto apropriado pela Educação Física, há uma relação muito próxima quanto a

legitimidade esportiva a nível mundial e aumento de consumo quantitativo, bem como, a legitimidade da Educação Física por tratar do fenômeno esportivo. Contudo, o esporte cresce em sua perspectiva de rendimento, trazendo consigo para o ambiente escolar seus códigos e valores próprios, fazendo com que a Educação Física se subordinasse. Esta não consegue exercer um papel pedagógico acerca do esporte, mas torna-se, como vai tratar Bracht (1992 p. 22), a “base da pirâmide esportiva”, havendo, portanto, uma relação que “não é simétrica”. Vago (1996, p. 7) comenta sobre essa relação posta por Bracht, dizendo haver, inicialmente, um condicionamento mútuo onde o esporte e a Educação Física se influenciam, concomitantemente. Porém, quando há o apontamento para a Educação Física estar no papel de “base da pirâmide esportiva” e que a relação “não é simétrica”, Vago diz que “se há um pólo subordinado nesta relação, este é o da Educação Física, na escola”. Ou seja, voltamos para a conceituação de escola como sistema transmissor de um saber, ou pior, que está subordinado à reprodução deste saber. Havendo essa relação assimétrica assinalada por Bracht, vemos uma barreira ao “esporte da escola”, uma negação e inviabilização deste, tendo espaço tão somente para o “esporte na escola”. Vago completa seu raciocínio:

Então, é a instituição esportiva, como um “sistema mais poderoso”, que determina as ações que outra instituição mais fraca, a escola (e, nela, a Educação Física) deve realizar. Em decorrência, a ação da Educação Física na escola se limitaria a ser a “base da pirâmide esportiva”, a fonte dos talentos para o esporte de rendimento. [...] No limite, isso elimina a possibilidade de o esporte ser escolarizado, de a cultura escolar ter o seu esporte. É a perda da autonomia pedagógica, ainda que com a conquista da legitimidade pedagógica (p. 9).

Bracht (2000) reforça a ideia de legitimidade da Educação Física enquanto perde sua autonomia e capacidade crítica, sendo subordinada ao esporte.

O esporte se impõe à Educação Física, ou seja, instrumentaliza a Educação Física para o atingimento de objetivos que são definidos e próprios do sistema esportivo. Este processo não vai ser acompanhado de uma reação crítica da Educação Física, muito ao contrário, ele foi saudado como elemento de valorização da Educação Física, que passa a ser sinônimo do esporte na escola (p. 15).

Percebe-se aí um paradoxo nessa relação. Vago (1996) comenta que à medida que a Educação Física ganha legitimidade pedagógica ao tratar do esporte como cultura hegemônica de movimento dentro das escolas, por sua vez, perde autonomia pedagógica, subordina-se a reproduzir o esporte tal qual ele é, porém no âmbito escolar. “Servir à indústria do esporte, transmitindo os seus códigos e valores: eis a legitimidade, eis a perda de autonomia” (p. 8).

Ainda acerca da esportivização da Educação Física, Oliveira (2011, p. 87) destaca alguns malefícios:

Nas escolas, a busca de campeões conduz à especialização prematura, inibindo o desenvolvimento do potencial psicomotor das crianças. Destas, passa a ser cobrada uma perfeição técnica na execução dos gestos esportivos. Os alunos passam a ser encarados como futuros atletas, e não, simplesmente, como pessoas. As influências tecnicistas fazem com que a atividade do jogo esteja sistematicamente voltada para o desempenho e para os resultados de alto nível. Nesse caso, os menos habilidosos, que seriam os maiores beneficiários do esporte, são marginalizados e preteridos em benefício dos talentos.

Oliveira ainda comenta sobre a falta de consonância dos objetivos de esportivização da Educação Física e dos objetivos escolares dizendo que “a colocação da Educação Física como sinônimo de esporte induz a concebê-la, essencialmente, como competição, e cria o recorde como seu objetivo principal” (OLIVEIRA, 2011, p. 88).

Após o início da crítica à esportivização da Educação Física e o movimento por uma escolarização do esporte através das aulas da Educação Física, a instituição educacional passa a entender a sua função de não reproduzir a lógica esportiva nem de negá-la totalmente, mas ter uma relação ao ponto de criar outras formas de utilizar o esporte que não sejam focadas no rendimento ou na técnica em seu fim último. Segundo Bracht (2000, p. 16) acerca da tensão entre a Educação Física e a técnica, é um equívoco achar que uma nega a outra. Porém, o autor alerta sobre a técnica ser sempre um meio para atingir dado objetivo, enquanto “estabelecer fins/objetivos (sentido) é que é um predicado humano, portanto a técnica deve ser sempre subordinada às finalidades humanas.”.

Esse movimento crítico juntamente com a ampliação do conceito de esporte, vendo-o como direito de todos através da Carta publicada pela Unesco em 1978, dará origem às outras formas de classificar o esporte (Tubino, 2006

p. 20). Para este trabalho, é relevante tratar sobre o esporte-educação, mais precisamente o esporte escolar como classifica Tubino (2006). Nesse sentido, Vago (1996) nos traz a reflexão sobre o “tratamento” que o esporte deve receber não somente nas aulas de Educação Física, mas, sobretudo, no âmbito escolar como um todo:

O esporte que penetra o espaço escolar é o esporte criado e praticado culturalmente na sociedade, com interesses diversos e conflituosos, certamente. Esse esporte é escolarizado e incorporado à cultura escolar. [...] A questão central passa a ser, então, o tratamento, a relação da escola com essas práticas culturais no seu processo de ensino, **tanto na Educação Física quanto em outros espaços e tempos educativos.** (p. 11, grifo meu)

Retomando a ideia de Nóvoa, já citada, emana da escola uma cultura escolar, ou seja, aquelas produções provindas de um trabalho interno que vão influenciar o meio externo. Essa é a ideia defendida por Vago, quando cita o “esporte da escola”. O esporte é um fenômeno sociocultural e a escola é um dos meios para a sua manifestação e para a sua prática. É na escola também que o esporte é reinventado, atendendo às necessidades educacionais, podendo mostrar à sociedade a não obrigatoriedade da reprodução do esporte de alto rendimento. Ou seja, “produzir outras possibilidades de se apropriar dele (o esporte) – é o processo de escolarização do esporte – e, com isso, influenciar a sociedade para conhecer e usufruir de outras possibilidades” (VAGO, 1996 p. 12).

É possível, portanto, combater o paradoxo vivido pela Educação Física (outrora comentado por este autor) em que há uma legitimidade, e também uma perda de autonomia ao tratar do fenômeno esportivo. Caso a escola se posicione apenas a reproduzir o esporte de rendimento e a servi-lo de base, a sociedade perde a oportunidade de “conhecer e usufruir de outras possibilidades” do esporte. Apenas é reforçada aquela maneira estrita de consumi-lo com seus valores e códigos. Contudo, a escola oferecendo aos seus alunos e à sociedade a prática de um esporte que não se encerra em si mesmo pela performance e pelo resultado, manifesta-se assim a autonomia.

[...] cabe à escola e, mais especificamente, à Educação Física, como uma de suas tarefas, oferecer à sociedade outras possibilidades de prática do esporte. E é isso que a coloca numa posição de produzir novos conhecimentos acerca do esporte, colocando-os à disposição da sociedade. O que é completamente diferente e distante de ela ser

apenas um lugar de transmissão de um conhecimento já pronto e inabalável sobre o esporte, ou de apenas o transpor didaticamente para a escola (VAGO, 1996, p. 13).

Ao traçar uma linha de raciocínio sobre a relação entre o “esporte na escola” e o “esporte da escola”, percebe-se, além da necessidade da autonomia escolar ao tratar do esporte, mas, mais precisamente, da legitimidade da Educação Física no âmbito escolar, disciplina que contribuirá para o movimento de produção da “**cultura escolar do esporte**”. Sendo a Educação Física aquela que se apropria do objeto esporte, cabe a ela a legitimidade e a autonomia para cumprir seu papel não somente como disciplina curricular, mas como instituição de ensino na vida dos alunos e da sociedade. Ou seja, a Educação Física precisa estar na escola e cumprir com sua parcela de contribuição para com a sociedade. É por isso que Vago (1996) vai dizer que

A legitimidade do ensino da Educação física na escola, entre outros ‘argumentos plausíveis’, poderia ser fortalecida não com o reconhecimento tácito de que ela reproduz e transmite o esporte de rendimento hegemônico na sociedade, mas com entendimento de que ela concretamente pode produzir **uma cultura escolar de esporte**, confrontando-a com as práticas culturais de esporte na sociedade (p. 13).

Encerrando a discussão desse tema e estreitando ainda mais a relação do esporte a nível educacional, como aquele apropriado para fins educativos, trago a contribuição do professor Manoel Tubino para adentrar no tema central dos Jogos Escolares. Segundo Tubino (2006), o esporte, hoje, com seu conceito ampliado e tratado como direito de todos, tem sua abrangência a partir de “três manifestações: o esporte-educação, o esporte-lazer e o esporte de desempenho.” (p. 23). O esporte-educação abrange o esporte educacional e o esporte escolar. Aqui, será dada mais atenção ao esporte escolar. Com o intuito de reafirmar o que foi discutido nesse tópico do trabalho e de mostrar a diferenciação entre os dois ramos do esporte-educação, eis as definições a partir do professor Tubino (2006)

O esporte-educação não deve ser compreendido como uma extensão do esporte de desempenho para a escola. Ao contrario, esta manifestação de ser mais um processo educativo na formação dos jovens, uma preparação para o exercício da cidadania. O esporte-educação tem um caráter formativo. [...] É no esporte educacional que se percebe o aspecto do esporte de maior conteúdo sócioeducativo. Ele se baseia em princípios educacionais como

participação, cooperação [...] e inclusão. O esporte escolar, sem perder de vista a formação para a cidadania, se apoia nos princípios do desenvolvimento esportivo e do espírito esportivo. É aquele que permite uma aproximação com o esporte de desempenho, ao compreender as competições entre escolares (p. 23).

Portando, após uma abordagem sobre a relação do fenômeno esportivo com a escola, mostrando tanto a possibilidade do “esporte na escola”, que é aquele que reproduz o esporte institucionalizado, como o “esporte da escola”, aquele que se utiliza da linguagem esportiva de modo reflexivo e educativo, segue-se com a contribuição do professor Tubino sobre conceitos do esporte, por falar da dimensão do esporte a qual admite a competição e aproxima-se do rendimento, porém não perde o caráter educativo e da formação integral do ser humano: o Esporte Escolar. Dito isso, será abordado o evento Jogos Escolares que envolvem competições entre estudantes, destacando possíveis tensões sobre a dimensão esportiva a qual ele está a serviço.

### **1.3. Jogos escolares: rendimento ou educação?**

Para tratar deste tópico, vou extrapolar a esfera do Distrito Federal e expandir a análise para os Jogos Escolares Brasileiros, atualmente denominados Jogos Escolares da Juventude. Utilizarei o estudo de Arantes, Martins e Sarmiento (2012) para buscar uma compreensão acerca da palavra “escolares” que acompanha “jogos” e tentar encontrar definição para o tipo de esporte praticado nos Jogos. Neste estudo, os autores fizeram um apanhado histórico dos Jogos de 1969 até 2010, analisando objetivos, interesses políticos, idade, número de participantes, entre outros.

Segundo Arantes, Martins e Sarmiento (2012), os jogos escolares a nível nacional foram divididos em 4 fases, apoiando-se em Tubino (2010). A primeira fase consiste no período entre 1969 a 1984, onde a nomenclatura variou entre Jogos Estudantis Brasileiros e Jogos Escolares Brasileiros. Os objetivos dessa época dos jogos indicavam “a importância do intercâmbio social e esportivo, as boas relações entre mestres e alunos, promoção de relação segura entre os estudantes e o poder público, além de possibilitar o surgimento dos talentos esportivos” (ARANTES; MARTINS; SARMENTO, 2012, p. 918).

A segunda fase compreende um período mais curto, entre 1985 e 1989. É uma fase não só de transição dos Jogos Escolares, mas também de acontecimentos políticos no Brasil que tiveram total influência sobre os jogos.

Segundo Arantes, Martins e Sarmiento (2012), era o período de término da ditadura militar e início da Nova República, onde foi escolhido algo como sinal dessa ruptura e o “objeto escolhido foi a quebra da lógica da descoberta de talentos na escola e da identificação do esporte escolar com o esporte de rendimento.” (p. 921). Assim, os objetivos giravam em torno da desvinculação das competições que superestimavam o confronto entre os estudantes e subvertiam o “espírito de solidariedade”, e buscavam “exclusivamente o rendimento.” (p. 919). Nota-se, também, que essa época, segundo Costa (2015), houve um crescimento de um pensamento crítico e reformador da Educação Física escolar frente ao trato do esporte. Esse movimento ganhou tanta expressividade que, “em determinado momento, nas décadas de 1980 e 1990, fomentou um discurso contrário ao esporte, chegando a ganhar contornos de radicalismo” (p. 76). Houve, além disso, a proibição, por três anos, a participação de atletas federados.

Já na terceira fase, que compreende desde 1990 a 2004, temos a volta de alguns objetivos e implementação de outros novos, bem como a mudança da nomenclatura entre Jogos Escolares Brasileiros, Jogos Estudantis Brasileiros, Jogos da Juventude e Olimpíada Colegial da Esperança. Dentre os objetivos estão descoberta por talentos esportivos, “preocupação com a mobilização da juventude”, “preocupação com o desenvolvimento integral do aluno e com o estímulo e oportunidade de acesso ao esporte na escola” (ARANTES, MARTINS, SARMENTO, 2012 p. 919).

Por fim, temos a quarta fase, entre os anos de 2005 e 2010. A nomenclatura dos jogos nesse período foi Olimpíada Escolar. Os objetivos dos jogos escolares giraram em torno daqueles escritos no Regulamento Geral da Olimpíada Escolar, onde se arrolavam a “descoberta dos talentos esportivos, mobilização da juventude escolar, desenvolvimento integral do aluno e o estímulo e oportunidade de acesso ao esporte na escola.” (ARANTES, MARTINS, SARMENTO, 2012 p. 920).

Vimos nessas 4 fases nacionais dos jogos escolares como houve oscilação entre os objetivos e a nomenclatura e como essas oscilações serviram a outros interesses, como sugere os autores que “o nome do evento procura expressar a razão de ser dos jogos, seus vínculos e também seus objetivos.” (ARANTES; MARTINS; SARMENTO, 2012, p. 921). Além disso, os

autores destacam que “é possível perceber que existe uma preocupação em orientar a escolha das modalidades para aquelas que são olímpicas, demonstrando claramente a intenção de preparar os futuros atletas a representarem o país na Olimpíada.” (ARANTES; MARTINS; SARMENTO, 2012, p. 921). Ou seja, como vimos no tópico anterior, o esporte de rendimento tem grande influência no âmbito escolar, seja a nível curricular em se tratando da Educação Física escolar, bem como a nível extracurricular, o qual envolve aquele praticado na escola.

Contudo, é possível notar, como visto no tópico anterior, um movimento de escolarização do esporte, preocupado com um novo trato do esporte a nível escolar. Como nos sugere Bracht (2000),

o esporte tratado e privilegiado na escola pode ser aquele que atribui um significado menos central ao rendimento máximo e à competição, e procura permitir aos educandos vivenciar também formas de prática esportiva que privilegiem antes o rendimento **possível e a cooperação**. (p. 19, grifo meu).

Ainda por parte desse movimento de escolarização do esporte, podemos notar na análise dos 41 anos dos jogos escolares nacionais a mudança da faixa etária para adequação a faixa etária escolar, sendo dividida em duas categorias, 12 a 14 e 15 a 17 anos, bem como a representatividade de cada estado pela escola vencedora das etapas municipal e, posteriormente, estadual. Segundo Arantes, Martins e Sarmiento (2012) essas mudanças representaram “um ajuste no papel dos jogos, pois remeteram para a escola o papel de unidade básica do desenvolvimento do esporte.” (p. 923). Deu-se ênfase ao Esporte Escolar, aquele praticado na escola, não mais totalmente à serviço da lógica e valores do esporte de rendimento, mas balizado em um rendimento possível para aqueles que, ainda segundo os autores e baseados em Tubino (2010, p. 922), “tem talento e desejo de competir.”.

O esporte escolar encontra-se como parte do esporte-educação, umas das definições propostas pelo professor Manoel Tubino. Segundo uma resenha feita por Claudio Kravchychyn e colaboradores (2012) do livro *Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação* de Tubino (2010), em se tratando do esporte-educação ao longo do século XX, o professor o estudou e o separou em cinco períodos históricos, sendo o que vivemos, atualmente, chamado de “período da retomada da reflexão no esporte-educação (atual,

consolidação do esporte como direito de todos, iniciativa governamental na implementação de programas sociais de esporte e lazer.” (p. 346). Ou seja, com a contribuição dos estudos do professor, parece haver um movimento, uma preocupação nos dias atuais de utilizar o esporte como conteúdo didático e não distante da formação da cidadania e desenvolvimento integral dos estudantes. Para Tubino, o esporte escolar, fazendo parte do esporte-educação e englobando os jogos escolares, embora se subtenda a competição, “não prescinde da formação para a cidadania.” (KRAVCHYCHYN et al. 2012, p. 342). E, por fim, Kravchychyn et al. (2012) destacam em sua resenha a ideia do professor Tubino em unir o esporte e a educação, não desvinculando um do outro, porém usando como complementares em um rendimento possível e para formação cidadã dos indivíduos. Os autores demonstram essa relação dizendo que:

o esporte escolar e, por consequência, os jogos escolares no Brasil, denotam uma experiência única no mundo devido à diversidade contextual, cultural, demográfica, geográfica e de quantidade de participantes. Assim, propõe formas possíveis de jogos escolares, referenciadas em processos de formação para a cidadania: os jogos cooperativos, cuja essência contém as práticas cooperativas e sociomotrizas como aspectos coletivos (com experiências de sucesso no Brasil) [...] (p. 346)

Observando o esporte nos dias atuais como aquele que superestima a competição, o “massacre” do adversário, a desvalorização da derrota (até mesmo o segundo lugar), entre outros aspectos, parece distante a relação educacional através desse mesmo esporte. Porém, essa relação traz consigo uma concepção diferente dessa dimensão do esporte de rendimento. As práticas esportivas, claramente, expõem as pessoas a situações de conflito que serão vividas posteriormente na vida. Caso essas situações de conflito sejam abordadas de forma adequada, aí estará a relação entre o esporte e a educação.

Acreditando no potencial educacional do Esporte Escolar, e por consequência, dos jogos escolares, foi analisado o Regulamento dos Jogos Escolares do Distrito Federal e realizada uma entrevista com o gestor responsável pelo programa. Nesse sentido, no próximo capítulo serão abordados o documento oficial dos jogos e o discurso do gestor com o intuito

de identificar o alinhamento das duas partes na relação do esporte com a educação.

# **CAPÍTULO 2: RESULTADO E DISCUSSÃO**

A discussão será feita a partir dos Regulamentos Gerais dos Jogos Escolares do Distrito Federal (RGJEDF), a entrevista realizada com o gestor da Gerência de Educação Física e Desporto Escolar (GEFID) da Secretaria de Educação do Distrito Federal e alguns autores que tratam sobre o tema dos Jogos Escolares, tentando encontrar possíveis alinhamentos (ou não) ao conceito do Esporte Escolar. Como os regulamentos supracitados são cópias quase fiéis uns dos outros, mudando alguns detalhes como ajustes, o que aqui for referido ao regulamento, será retirado do mais atual (2018).

Para facilitar tal discussão, ela foi separada em tópicos e subtópicos.

### **2.1. O que são os jogos escolares**

Os Jogos Escolares do Distrito Federal (JEDF) é uma política pública do Governo do Distrito Federal, mais precisamente da Secretaria de Estado de Educação, que abrange as escolares públicas e particulares, como está no artigo primeiro do Regulamento Geral, documento que rege os jogos

Art. 1º - Os Jogos Escolares do Distrito Federal - JEDF é uma realização anual do Governo do Distrito Federal, executado pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, por intermédio da sua Gerência de Educação Física e Desporto Escolar - GEFID/DISPRE/COET/SUBEB. (RGJEDF p. 3).

É importante a existência dessa política pública dando importância e espaço voltados ao Esporte Escolar, havendo um cunho pedagógico no trato das manifestações esportivas bem como o aumento da democratização destas mesmas práticas esportivas no âmbito escolar. Como será colocado mais à frente nos objetivos dos JEDF, o fomento e acesso às práticas esportivas é um dos focos da política e faz jus ao direito constitucional, tratado no artigo 217 (BRASIL, 1988). O gestor, ao ser perguntado sobre o que são os jogos escolares, afirma que:

Os jogos escolares é um evento tradicional da cidade [...] já está na sua 58ª edição, um evento que reúne as escolas públicas e particulares do Distrito Federal, para desenvolver 14 modalidades esportivas. Então, é uma competição escolar de várias modalidades esportivas reunindo os estudantes da rede pública e particular de ensino. (GESTOR).

Corroborando com o exposto no documento dos jogos, o gestor ressalta a tradição do evento, o número de modalidades disputadas e a reunião da rede

pública e particular de ensino. Mostra-se ciente do que sejam os jogos escolares de forma objetiva.

## **2.2. Faixa etária**

O RGJEDF traz em seu segundo artigo que os jogos “atenderão estudantes, da rede pública e privada de ensino, na faixa etária de 12 (doze) a 17 (dezesete) anos” (p. 3). Torna-se importante falar sobre a faixa etária dos jogos escolares no sentido de reforçar uma política pública para estudantes, para pessoas que estejam em faixa etária escolar, voltadas diretamente para sua formação.

Segundo Rodrigues e Melchiori (2014), “o desenvolvimento é algo contínuo no ser humano” (p. 16), sobretudo na faixa etária dos jogos escolares, na adolescência, que há uma necessidade de “busca da própria identidade” (p. 13), onde, embora “as mudanças orgânicas, psicológicas e sociais” sejam intensas, também “há momentos de alegria e prazer, com os desafios e conquistas que o amadurecimento proporciona.” (p. 16). Ou seja, mostra-se um período proveitoso onde o esporte e o jogo podem ser usados pedagogicamente. Situações de conflitos e de desafios as quais o jogo proporciona ao estudante, que talvez eles não as tivessem naquela intensidade senão com a vivência do jogo. Este aprendizado eles levarão para vida, para seu desenvolvimento, para sua formação e daí pode surgir o amadurecimento. Diante do exposto, alinha-se ao discurso do gestor que diz:

Eu acho que através da competição aprende uma série de valores, se auto conhece, desenvolve um autocontrole, aprende a lidar com as nossas emoções no contato com os nossos colegas ou com o próprio adversário que, talvez, outras formas não possam estar contribuindo pra isso. [...] Eu acho que só nessa vivência que a gente pode superar determinados comportamentos ou contradições. (GESTOR).

Ainda sobre a faixa etária, é possível fazer outra constatação segundo Arantes, Martins e Sarmiento (2012), quando da mudança de representação de cada estado da federação pela escola vencedora das fases regionais e estaduais, não havendo mais uma seleção dos melhores do estado, e a divisão da faixa etária em duas categorias, abrangendo tanto os anos finais do Ensino Fundamental quanto o Ensino Médio, remetendo à escola “o papel de unidade básica do desenvolvimento do esporte.” (p. 923). Para os autores, não é

remeter à escola como sendo a “base da pirâmide esportiva” como outrora escreve Bracht (1992), mas no quesito de acesso, de democratização, entendendo que “os menos abastados não têm acesso à prática sistematizada ao esporte e só o terá se esta atividade acontecer pela escola.” (ARANTES; MARTINS; SARMENTO, 2012, p. 921-922). Os autores, apoiados em Gaya e seus colaboradores (2002), continuam dizendo que há um número alarmante de crianças de nível socioeconômico baixo que não tiveram acesso à prática esportiva sistematizada e cabe à escola a função de proporcionar esta vivência.

Entretanto, a escola precisa entender essa função que lhe cabe, função de fomento e democratização do esporte em sua dimensão educativa, qual seja o esporte educacional ou o esporte escolar. Aqui se faz referência ao esporte escolar que abrange os Jogos Escolares. Hoje, está longe de ter uma situação ideal ou a qual espera-se do esporte escolar, contudo há um movimento pedagógico junto ao esporte que não deve ser subestimado. Pois, se assim o for, a faixa etária escolar somente servirá para separar aqueles que participarão de mais uma das muitas competições do esporte de alto rendimento e continuará a subserviência à essa dimensão do esporte, como Costa (2015) critica veementemente:

Criticava-se o antigo formato dos jogos por perceberem não um evento entre escolas, mas uma competição entre seleções estaduais de federações com jovens em faixa etária estudantil. Porém, no novo formato, mesmo se tratando de um encontro esportivo entre escolas, o que se vê é um apêndice das organizações competitivas do esporte de rendimento. (p. 81)

Ainda que haja essa tensão por parte da reprodução do esporte de rendimento, é importante não voltar o olhar para aparentes impossibilidades e dificuldades do processo, mas canalizar forças para as possibilidades e reforçar aquilo que já foi conquistado, como por exemplo, a representatividade pelas escolas. Assim, pode-se trazer o esporte para ser desenvolvido na escola dando acesso e cunho pedagógico a ele, bem como os jogos acontecerem na faixa etária escolar, favorecendo a formação dos alunos numa fase importante de desenvolvimento pessoal através da linguagem esportiva.

### 2.3. Objetivos

Ao observar os objetivos descritos no Regulamento Geral dos Jogos Escolares do Distrito Federal, pode-se identificar aproximação com aquele conceito ora supracitado de Esporte Escolar do professor Manoel Tubino e o movimento de escolarização do esporte. Há uma coerência com o “período da retomada da reflexão no esporte-educação” também descrito pelo professor, ao ler tais objetivos. É possível perceber na fala do gestor dos Jogos Escolares do Distrito Federal uma preocupação com a democratização do esporte e a utilização dele de forma pedagógica. Quando perguntado sobre os objetivos dos jogos, ele responde que

[..] é estimular o desenvolvimento do esporte no âmbito da escola, desenvolver as diferentes modalidades esportivas e estimular o desenvolvimento dessas modalidades no âmbito da escola, [...] uma confraternização entre as escolas públicas e particulares em torno de um grande evento que é os jogos escolares, e, também, a identificação de novos talentos no âmbito da escola. (GESTOR)

O gestor também faz menção ao Esporte Escolar, ou seja, demonstra ser alguém que está a par da reflexão sobre o esporte-educação:

Os jogos escolares estimulam uma dimensão do esporte, que é o esporte escolar, que a gente vem discutindo, o esporte educacional e o esporte escolar. (GESTOR)

Mas antes mesmo de comentar os objetivos dos JEDF se faz necessária a exposição de uma situação colocada por Frizzo (2013), onde há um desalinhamento entre aqueles gestores que elaboram e põem um regulamento dos Jogos Escolares em prática e a forma com que os alunos encaram esses mesmos jogos. Embora este trabalho de conclusão de curso não tenha analisado o comportamento dos envolvidos durante a realização dos jogos, somente a busca pelo alinhamento entre documentos, discurso do gestor e a literatura existente, julga-se importante a exposição do ocorrido por ser um ambiente de Jogos Escolares, ainda que em outro estado ( Rio Grande do Sul). É importante deixar em questão um objeto para estudos futuros bem como ressaltar a relevância do movimento do esporte escolar extrapolar a esfera gerencial e chegar à esfera de execução. Dito isto, Frizzo (2013) contribui dizendo:

Por um lado, a gestão reproduz discursos de que os jogos escolares contribuem para a cidadania, saúde, participação, respeito às regras etc, além do interesse de colocar as escolas em disputa numa competição para obter algum tipo de êxito sobre as outras; por outro lado, o alunado quer disputar os jogos com o intuito de ganhar, de ser campeões, de serem melhores que as outras escolas, de poder tripudiar sobre os colegas que não foram jogar e sobre as escolas que perderam seus jogos, sendo a derrota e a vitória, momentos de decepção ou exaltação, não guardando relações de aprendizagem. (p. 169)

Sendo assim, percebe-se, tanto no discurso do gestor do Distrito Federal, como no RGJEDF, um alinhamento entre a preocupação com o fomento e acesso ao esporte, a formação integral dos estudantes e, também, a busca por talentos. Mas, diferentemente do apresentado por Frizzo (2013), este trabalho deixa a lacuna entre a gestão e execução dos jogos para analisar o impacto do movimento de escolarização do esporte e o esporte como objeto pedagógico, ou seja, como os estudantes estão recebendo esses jogos, e se estes estão sendo encarados como aprendizado.

Conforme apresentado abaixo, os objetivos dos jogos foram separados por semelhança de assuntos para melhor análise.

### **2.3.1. Fomentar a prática desportiva**

O primeiro objetivo dos JEDF é “fomentar a prática do desporto escolar no Distrito Federal” (RGJEDF p. 3). Ou seja, fazer com que os jogos aumentem o acesso dos estudantes de todo o Distrito Federal ao esporte. Sem contar que o evento dos JEDF faz com que haja, antes, um movimento por parte da escola e dos alunos, seja na organização de jogos internos ou na busca por saber mais das modalidades que envolvem o evento, tratando-os de forma a potencializar o conceito de Esporte Escolar. O gestor corrobora com o RGJEDF dizendo que

**O objetivo, na verdade, aqui, é a participação, aumentar a participação** e fazer com que todos tenham a possibilidade de participar e ter **acesso**. (GESTOR, grifo meu)

Outro aspecto importante em vista desse fomento da prática esportiva proporcionado pelos JEDF é a oportunidade de confraternização entre entidades públicas e privadas de ensino, e dessas entidades com a comunidade. Em face dessa confraternização, não há somente o intercâmbio dos estudantes e a oportunidade da interação entre eles, mas o envolvimento

de familiares e amigos que vão assistir aos jogos e passam a ter, mesmo que de forma indireta, acesso às práticas esportivas. Além da oportunidade de participação em eventos nacionais posteriores. Nesse sentido, o RGJEDF traz, também, como objetivo

[...] II. Oportunizar a integração dos estudantes da rede pública e privada de ensino, dentre elas as conveniadas, possibilitando o intercâmbio sócio desportivo entre os participantes;

III. Possibilitar a integração entre escola e comunidade;

[...] V. Oportunizar e apoiar a participação dos estudantes-atletas em grandes eventos nacionais;

VI. Garantir o conhecimento do esporte, de modo a oferecer mais oportunidades de acesso à prática desportiva aos estudantes-atletas; (RGJEDF p. 3)

Ratificando o documento dos jogos, o gestor fala sobre os objetivos, contribui sobre a discussão em curso acerca do Esporte Escolar e dando ênfase no desenvolvimento no trabalho do esporte no âmbito da escola. Considera que o Esporte Escolar sendo é aquele que está no âmbito da escola, porém extrapola o objeto de estudo nas aulas de Educação Física, havendo a possibilidade da competição, porém não sendo esta o fim último almejado:

Então, eu diria que são vários, os jogos escolares têm vários objetivos [...] **desenvolver as diferentes modalidades esportivas e estimular o desenvolvimento dessas modalidades no âmbito da escola, uma confraternização entre as escolas públicas e particulares em torno de um grande evento que é os jogos escolares** e, também, **a identificação de novos talentos no âmbito da escola**. Os jogos escolares estimulam uma dimensão do esporte que é o **esporte escolar que a gente vem discutindo** [...] Ele busca também o trabalho com o esporte, **desenvolvimento do esporte que vai além do trabalho que é feito na Educação Física**. (GESTOR, grifo meu)

Como foi exposto, o gestor demonstra estar a par do movimento acerca do Esporte Escolar e isto é parte importante para o desenvolvimento dessa dimensão na esfera do Distrito Federal. Uma vez que o gestor toma parte de um assunto e o discute, há um interesse e grande possibilidade de ele agir em prol dessa pauta. Dito isto e em consonância do fomento e da democratização do esporte, é possível extrapolar o objetivo dos jogos escolares através de uma ação por parte da gestão para incentivar e disponibilizar um maior acesso à prática das modalidades esportivas no âmbito escolar.

### 2.3.2. Desenvolvimento integral

Este é um aspecto importante a ser tratado, pois demonstra a intenção de ver o esporte ou o resultado como um meio e não como um fim. Utilizar-se do esporte como um contribuinte para o desenvolvimento integral do estudante, importando-se com a pessoa como um ser biopsicossocial que interage e não como uma máquina que reproduz comandos e busca índices técnicos. Nesse sentido o RGJEDF tem como mais um de seus objetivos e, há de ser destacado, “contribuir com o desenvolvimento integral do estudante-atleta como ser social, autônomo, democrático e participante, estimulando o pleno exercício da cidadania por meio do esporte;” (p. 3). Esse objetivo rompe com a lógica e valores do esporte de alto rendimento o qual enxerga as pessoas, muitas vezes, pelo prisma do resultado e vai de encontro à contribuição da competição e do jogo no autoconhecimento, autocontrole, autonomia lúdica e aprendizado ao lidar com as emoções, exposto anteriormente na fala do gestor. O gestor ainda complementa nesse sentido

É uma prática esportiva que **ele vai levar pra vida dele como um hábito saudável, uma opção a mais de lazer**, não, necessariamente, seguir uma carreira esportiva [...] Não que ele vá ser profissional. Não, esse número é irrisório, mas **é um talento que ele vai aproveitar (com) essa vivência, pra vida dele.** (GESTOR, grifo meu)

É possível inferir da fala do gestor sobre uma autonomia adquirida por parte dos estudantes ao vivenciar a prática esportiva, apropriando-se de mais uma opção de lazer a ser vivida com seus pares, sejam amigos ou familiares, até mesmo com outros praticantes em espaços públicos. Além da expansão das formas de lazer utilizando-se da prática desportiva e extrapolando a fala do gestor, há de ressaltar acerca da aquisição de segurança e auto afirmação, por exemplo, o estudante que teve contato com a modalidade de natação, aprendeu a nadar e, posteriormente, poder usufruir de opções aquáticas de lazer sem receio, minimizando perigos por conta da falta de destreza. Esse é um aspecto que também faz parte de um desenvolvimento integral do indivíduo, dando a ele certa autonomia pela vivência e o conhecimento adquirido.

Costa (2015) contribui para essa discussão acerca do esporte como meio para formação integral do ser humano e vai além, dizendo sobre a

responsabilidade da escola de não ser uma instituição apenas de reprodução do esporte, mas idealize a prática esportiva em uma nova concepção com outras possibilidades, onde não haja somente a via exclusiva do rendimento. O autor sugere

Fazer da competição, a busca salutar de ir em direção a uma excelência pessoal e coletiva, ao invés da conotação sobrepujante da vitória a qualquer custo. Nesse sentido, a escola precisa definitivamente romper com um modelo que apenas reproduz a forma com que o esporte tem se vinculado na sociedade, procurando, se possível, idealizar novas práticas esportivas que por sua vez, serão catalisadoras de um processo de mudança de concepção de esporte. Ou seja, espera-se que o esporte escolar promova em seus praticantes, a máxima de fazer o sujeito continuar no esporte a partir de uma perspectiva de lazer e, que a ideia do rendimento, não seja um caminho único. (p. 83-84)

O autor busca uma visão positiva e construtiva para a competição e não aquela que incentiva a busca pela vitória sem medir consequências. A isso é remetido o dizer “a qualquer custo”, ou seja, “o fim justifica os meios”, ainda que se utilizando de meios ilícitos e desonestos para alcançá-lo. A exacerbação da competição não é salutar. A partir dos jogos é preciso trabalhar com os estudantes as possibilidades do sucesso e do insucesso, da conquista e da frustração. São momentos que certamente eles irão se deparar ao longo da vida e precisarão lidar com eles. Além de tratar a competição, há a possibilidade de reforçar a ludicidade do jogar. Pode ser muito bom vencer e isso gerar uma satisfação, mas equiparado a esse rendimento pode estar a participação naquela modalidade que o estudante se propôs a jogar. É comum a escolha por aquela modalidade a qual se tenha mais afinidade, prazer em praticar, e o esporte escolar precisa promover essa diversão, esse prazer em seus praticantes como nos diz o autor.

Por fim, há uma preocupação e um movimento por parte da gestão pela busca de um Esporte Escolar, utilizando-se da manifestação e democratização esportiva como meio pedagógico para o desenvolvimento integral dos estudantes.

### **2.3.3. Busca por talentos**

Este é um dos pontos polêmicos que julgo constar no RGJEDF. Um dos objetivos do documento que diz “oportunizar o surgimento de novos valores no cenário esportivo do Distrito Federal.” (RGJEDF, p.3). A busca por talentos (ou

valores, como é colocado no documento) soa como se os Jogos Escolares servissem de “peneira” esportiva, onde, ao final, se pudesse escolher aqueles mais habilidosos, mais talentosos para fazer parte de um time ou uma seleção de certas modalidades. Essa situação se assemelharia aos clubes esportivos que assim o fazem para “garimpar” atletas para comporem seus elencos.

Na tentativa de explicar esse objetivo dos jogos, uma vez que a busca é por um desporto escolar e não um serviço atrelado ao alto rendimento, é importante analisar as palavras do gestor, que apresenta a detecção de talentos como uma consequência e não uma finalidade em si:

A detecção de talentos, pra mim, na verdade, é uma consequência, é algo natural que acontece quando a gente **democratiza a participação e faz com que o máximo possível de crianças participe dos jogos**, crianças e jovens. **O objetivo, na verdade, aqui, é a participação, aumentar a participação** e fazer com que todos tenham a possibilidade de participar e ter **acesso**. E os talentos eles vão surgindo naturalmente de acordo com o interesse dos estudantes dentro da modalidade. (GESTOR, grifo meu)

Nessa parte do discurso do gestor há um reforço à participação, à democratização e o acesso dos alunos às práticas esportivas. Ele continua tentando esclarecer o tipo de talento almejado, ressaltando que este talento associado ao interesse do aluno e o acesso à prática irão contribuir para sua formação. Assim, ele continua na tentativa do esclarecimento:

[...] e quando a gente fala em talento, é **talento a nível escolar. Não existe uma preocupação em formar um atleta olímpico**; um talento no sentido de um menino que tem uma aptidão, uma propensão e um interesse em seguir praticando esporte a nível escolar, porque a gente acredita que essa prática contribui para a formação dele. (GESTOR, grifo meu)

Esse comentário reintera o que outrora foi dito sobre ser um “número irrisório” aqueles estudantes que participam dos Jogos Escolares e, posteriormente, engajam numa vida como atleta profissional. Ainda que seja uma situação possível, no futuro, então, não seria esse o objetivo na busca por talentos.

Contudo, há um desalinhamento quanto ao documento e ao discurso do gestor. Se alguém tem acesso ao regulamento dos jogos, porém não tem acesso ao discurso do gestor ou um possível esclarecimento, pode acontecer de uma equívoca interpretação dos objetivos dos jogos. Uma vez que está escrito e não tão especificado qual tipo de talento (ou valor, como está exposto)

é almejado durante a realização do evento, há um sentido dúbio. Coloca-se esse alguém como uma escola ou um estudante que tem acesso ao documento e tem-se uma possível má interpretação daquilo que se espera com os jogos. Há a possibilidade de questionamentos, tais como: busca-se um desporto escolar ou de alto rendimento? Leva-se o nome “escolares” por ser mais uma competição que serve o alto rendimento, mas abrangendo o público escolar ou há, realmente, um interesse nos valores pedagógicos com os jogos? Ou seja, esse é um ponto ambíguo no regulamento e desalinhado com o discurso do gestor que traz justamente o dilema tratado neste trabalho quanto à dimensão do esporte a qual os Jogos Escolares estão inseridos.

É notável a grande influência do esporte e da competição na vida não somente dos estudantes, mas da sociedade como um todo. Quando de um jogo de vídeo game ou uma partida de futebol, ninguém quer perder. Porém, num evento escolar que se utiliza das modalidades esportivas como formação integral dos estudantes, caso não sejam bem definidos os objetivos para os quais são realizados esses jogos e, anteriormente, não tenha um movimento de educação por parte da escola, pode-se incorrer na lógica da reprodução pelos alunos dos modelos de alto rendimento.

Sendo assim, como não foram feitas entrevistas com professores e alunos participantes dos JEDF ou observados os jogos regionais e locais do Distrito Federal, recorre-se a Frizzo (2013) que realizou entrevistas com alunos, professores e gestores da Rede Municipal de Ensino de Nova Santa Rita – RS, participantes dos Jogos Escolares, para exemplificar um desalinhamento entre regulamento, gestão e estudantes. Enquanto o discurso da gestão e o regulamento trouxeram que “os jogos escolares contribuem para a cidadania, saúde, participação, respeito às regras” (p. 169) (situação semelhante ao Distrito Federal), os alunos, em sua maioria, “expressou um caráter da competitividade e da possibilidade de tornar-se atleta no futuro como maior motivação à participação dos Jogos” (p.170), quando perguntados sobre o que pensavam acerca dos Jogos Escolares. O autor também destaca que “a lógica competitiva e individualista do modelo adotado” (p. 170) contribui para que os alunos vejam nos jogos oportunidades de mostrarem seus talentos esportivos a supostos empresários os quais ofereceriam chances de engajamento na carreira de atleta.

Como não é possível saber se no RGJEDF o objetivo relacionado à busca por talentos foi colocado com intuito de gerar ambiguidade ou de forma incompleta, é importante demonstrar, caso a finalidade última do evento seja o Esporte Escolar, a busca pelo talento a nível escolar, como disse o gestor. Para que não ocorra, ou melhor, seja minimizado o quanto for possível, o que foi visto no exemplo supracitado do município do Rio Grande do Sul, sugere-se, então, a complementação do texto do regulamento para que não haja nenhuma dúvida quanto ao verdadeiro sentido dos jogos e o alinhamento gestão-professores-estudantes, associado ao movimento escolar da educação por uma concepção diferenciada do esporte.

#### 2.4. Responsabilidades

Tendo em vista o exemplo utilizado no estudo de Frizzo (2013) do ocorrido no município gaúcho, mostra-se a importância e responsabilidade da gestão na tentativa, ao máximo, em manter a coerência entre os objetivos expostos no regulamento geral dos jogos e a execução deste evento. Dentro dessa lógica de um alinhamento e coerência entre documento e execução, o RGJEDF traz exposto em seu artigo terceiro, duas das responsabilidades da Gerência de Educação Física e Desporto Escolar e das Coordenações Regionais de Ensino, tais como “elaborar, planejar, executar e supervisionar os JEDF, considerando o aspecto técnico e operacional” bem como “elaborar e divulgar o Regulamento Geral dos JEDF, os Regulamentos Técnicos Específicos das modalidades, e ainda, as diretrizes gerais técnicas de execução das mesmas” (p. 3). Ou seja, a nível documental, há descrito acerca da elaboração e execução dos JEDF e elaboração e divulgação do regulamento. Tenta-se com isto, o alinhamento, de colocar em prática e dar ciência àquilo que foi produzido como diretrizes dos Jogos Escolares. Contudo, aqui, torna-se discutível a parte do “como” essas ações de execução e divulgação são feitas. Quando perguntado sobre essa relação com as escolas e divulgação dos JEDF e seus objetivos, o gestor expõe

Então, o documento principal dele (JEDF) é o regulamento e o regulamento estabelece as finalidades, os objetivos do evento. Em alguns anos, **esse ano (2018) a gente não fez**, mas tem um congresso de abertura em que **a gente fala um pouco sobre o evento**, convida todas as escolas e existem também **nossos coordenadores das regionais que fazem esse diálogo com as**

**escolas participantes.** Além disso, as formas de comunicação que a gente tem como site, material didático (GESTOR, grifo meu)

De fato, há uma preocupação em fazer a divulgação do evento e falar sobre a finalidade para a qual ele está acontecendo. Porém, torna-se pouco eficaz falar dos objetivos dos jogos somente na abertura do evento (e quando ocorre a abertura). Caso não ocorra essa divulgação, fica por conta da iniciativa dos participantes a leitura do regulamento e consequente acesso aos objetivos por outros meios de comunicação. Entretanto, e se os participantes não se interessarem por ler o documento? Ou, até mesmo, não se interessarem pelos objetivos do tal evento? Em vista dessa situação e buscando a eficiência no cumprimento daqueles objetivos propostos, se fazem necessárias ações prévias e contundentes. O gestor comenta sobre o contato dos coordenadores e suas intervenções ostensivas para correções de atitudes não condizentes com os objetivos dizendo:

Mas, assim, esse contato de passar mensagem nos jogos eu acredito que tenha mais no dia a dia, com os nossos coordenadores que acompanham as modalidades, (eles) **são orientados a fazer essa intervenção** junto com os professores, conversar com eles, orientar os alunos, **sempre que observam uma atitude que não condiz com o que a gente acredita**, seja do técnico, ou de um aluno, ou da própria arbitragem, existe essa orientação para que **o coordenador faça essa intervenção.** (GESTOR, grifo meu)

Essas intervenções têm seu valor e, certamente, precisam ser feitas. Porém, se não forem associadas a um movimento prévio e contundente em prol do desporto escolar, tornar-se-á pouco eficaz. Como já citado, os valores e a lógica do esporte de alto rendimento têm sua grande força na sociedade, então, é preciso que a Secretaria de Educação incentive um movimento nas escolas, tanto nas aulas de Educação Física quanto extraclasse, para a concepção do Esporte Escolar. Cria-se um movimento real e estruturado para conscientização e conhecimento dessa dimensão esportiva anteriormente aos Jogos Escolares. Mostra-se, então, possibilidades diversas do rendimento como fim último, como nos diz Costa (2015 p. 84), e melhor alinhamento e alcance dos objetivos propostos. Caso não o seja feito, a lógica da reprodução do esporte de alto rendimento será fácil e comum para os estudantes, pois a probabilidade é grande de que seja essa dimensão do desporto de maior contato deles no cotidiano. Embora haja no RGJEDF tópico respectivo a

reuniões técnicas prévias, como o próprio nome nos remete, são para tratar de assuntos técnicos referentes a cada modalidade, como “os padrões de condução da competição, a apresentação da programação, a definição do sistema de disputa” (p. 9) e não teriam influência nas iniciativas supracitadas em prol do desporto escolar.

## **2.5. Inclusão x exclusão**

Pode-se dizer que este é mais um ponto de tensão entre o desporto escolar e o desporto de rendimento como aquele anteriormente comentado sobre a busca por talentos. A fala do gestor trata sobre democratização e acesso ao esporte bem como os objetivos do RGJEDF almejam o fomento da prática esportiva e a garantia do conhecimento do esporte através do oferecimento de mais oportunidades de acesso. Até então há um alinhamento entre as partes. Porém, no mesmo RGJEDF, em seu artigo dezenove (p. 7), está disposto que cada Unidade Escolar pode inscrever apenas uma equipe por modalidade, categoria (12 a 14 ou 15 a 17 anos) e gênero (masculino ou feminino). Tratando-se de modalidades coletivas (basquete, futsal, handebol e vôlei), cada equipe seria composta, no máximo, por 20 alunos, como exposto no inciso primeiro do mesmo artigo (p. 7). Utilizando-se das modalidades coletivas por haver maior abrangência em número de participantes, foi feita uma análise de dados dos JEDF deste ano, em sua fase regional, para tratar sobre o referido tema da inclusão. A Coordenação Regional de Ensino (CRE) analisada foi a do Plano Piloto/Cruzeiro que abrange as Regiões Administrativas (RA) de Brasília, Cruzeiro, Sudoeste/Octogonal, Lago Sul e Lago Norte.

Baseando-se no Boletim Nº 01<sup>5</sup> da Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto/Cruzeiro e em uma situação hipotética otimista, onde todas as equipes inscritas para as modalidades coletivas tivessem a lotação máxima de estudantes, entre os dois gêneros e as duas categorias, haveria 161 equipes, dentre escolas públicas e privadas, totalizando 3220 participantes naquela Regional. Destaca-se a possível ocorrência de simultaneidade, ou seja, a participação de um estudante em mais de uma modalidade. Por outro lado, foi

---

<sup>5</sup> Boletim Nº 01 disponível em: [http://escolas.se.df.gov.br/gefid/images/BOLETIM\\_N%C2%BA\\_01\\_-\\_CRE\\_Plano\\_Piloto-Cruzeiro.pdf](http://escolas.se.df.gov.br/gefid/images/BOLETIM_N%C2%BA_01_-_CRE_Plano_Piloto-Cruzeiro.pdf). Acesso em 24 Nov.2018

analisado o Censo Escolar 2018<sup>6</sup> da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, onde se constatou a matrícula, somente na rede pública de ensino das mesmas RA's em questão e na faixa etária dos JEDF (7º ano do Ensino Fundamental até o 3º ano do Ensino Médio), 16330 alunos. Este número é mais que cinco vezes maior do que aquele superestimado hipotético que participou da fase regional na CRE Plano Piloto/Cruzeiro.

Entende-se aqui a limitação da análise e o recorte feito, não podendo ser expandido a uma realidade total dos JEDF. Porém, a CRE analisada, de acordo com o Censo Escolar 2018, sendo uma das três maiores em número de matrículas na rede pública de ensino na faixa etária relacionada aos jogos, torna relevante a análise. Já que a perspectiva de democratização e acesso descrito nos objetivos do RGJEDF, bem como na fala do gestor, estão em voga, os números analisados são alarmantes. Há uma relação entre o número de estudantes matriculados na faixa etária com aqueles que participam dos jogos escolares. Então, há a possibilidade, ou até, a necessidade do questionamento: qual(is) seria(m) o(s) motivo(s) do grande número de estudantes que não participaram dos JEDF na CRE do Plano Piloto/Cruzeiro já que há a pretensão de aumentar a oportunidade de acesso às práticas esportivas? Por que a limitação descrita no artigo dezenove do RGJEDF quanto à inscrição de equipes? Essa ação não se tornaria um empecilho para a participação de mais estudantes nos jogos? A etapa regional, como não depende de nenhuma etapa classificatória, possui a maior chance de alcance dos estudantes e poderia aumentar sua acessibilidade e participação por meio de alguma alteração no regulamento referente à inscrição das equipes.

A limitação máxima de vinte pessoas por modalidade coletiva já fez com que houvesse uma seleção pelos melhores, experiência vivida por quem escreve este trabalho, em 2008. Sugere-se, pois, por uma alteração do artigo dezenove do documento dos Jogos Escolares, pela não limitação do número de equipes inscritas em cada modalidade por unidade escolar, no sentido de ampliar a participação dos estudantes. A participação tem estrita ligação com o interesse do estudante pela modalidade, por isso, caso haja o interesse, é

---

<sup>6</sup> Disponível em: [http://www.se.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/11/2018\\_QD\\_PUB\\_DF\\_MAT\\_EF\\_201\\_CRE.pdf](http://www.se.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/11/2018_QD_PUB_DF_MAT_EF_201_CRE.pdf). Acesso em 24 Nov. 2018

preciso o mínimo de empecilho. A busca é por “alternativas para a realização de Jogos Escolares em que os sujeitos se sintam pertencentes e contemplados em sua totalidade, não operando nas dualidades inclusão/exclusão, manutenção/eliminação.” (FRIZZO, 2013 p. 178).

Portanto, embora a inclusão, segundo Tubino (2006), seja um dos “princípios educacionais” (p. 23) que é baseado o esporte educacional, quando se tem por objetivo aumentar a participação e o acesso ao esporte que está à serviço da formação e educação, é importante pensar na inclusão como um atributo, também, do esporte escolar, oportunizando ao maior número de envolvidos o acesso a seus benefícios formativos.

## **2.6. Comportamento dos participantes**

Conforme vem sendo apresentado neste trabalho, há um interesse que não seja reproduzida a dimensão do esporte de rendimento e a exacerbação da competição com foco nos resultados, mas que seja fomentado um desenvolvimento integral dos sujeitos a partir da linguagem esportiva. O Esporte Escolar, embora tenha uma aproximação com a dimensão do rendimento e compreenda a competição, ele a trata na ótica formativa. Com intuito de auxiliar a manutenção desse comportamento positivo quanto à competição e ao jogo, existe nos JEDF a Comissão Disciplinar Especial (CDE). Ela tem por responsabilidade a “organização da justiça desportiva, com competência para atuar nas ações relativas à disciplina e as competições desportivas dos Jogos.” (RGJEDF, 2018 p. 17) Contudo, percebe-se mais um ponto de tensão entre as dimensões do esporte-educação e de rendimento. No inciso segundo do artigo cinquenta e cinco do RGJEDF, está disposto que a Comissão Disciplinar agirá de acordo com o regulamento do evento, com o Código de Organização da Justiça e Disciplina Desportiva e outras legislações desportivas vigentes e vê-se mais uma possível reprodução do alto rendimento. Não há nada de mau em cumprir com ações técnicas do esporte como, por exemplo, aquela de suspensão do jogo subsequente de quem, por ventura, foi punido com cartão vermelho. Porém, trata-se de um evento esportivo envolvendo escolares e não se pode perder de vista a formação para a cidadania. Eis uma lacuna para a tomada de atitudes em prol da formação do

indivíduo como um ser integral e a punição técnica pode tornar-se ato insuficiente neste sentido.

O gestor tenta chamar a atenção para esta função pedagógica da Comissão Disciplinar que extrapola o viés punitivo dizendo

[...] existe a Comissão Disciplinar Especial também que muitos confundem como um âmbito apenas de punição, mas ela tem também um caráter pedagógico no sentido de orientar e alertar ou coibir atitudes que não condizem com o que a gente acredita que seja o esporte escolar, o esporte educacional. (GESTOR)

Apesar dessa fala do gestor, consta no RGJEDF apenas a parte punitiva. Em muitos artigos e outros dispositivos do documento estão arrolados punições e diversos casos em que elas ocorrerão. Mais uma vez ressalta-se a conformação do RGJEDF com legislações desportivas de alto rendimento entre outras legislações e quase nada sobre o caráter pedagógico da punição. Aqui não é feita uma crítica à punição em si, mas a não associação com ações de cunho pedagógico e à falta de exposição dessas ações na letra do regulamento. O dispositivo que trata algo sobre isso é o artigo sessenta e oito que diz “este Regulamento respeitará o calendário de atividades da Gerência de Educação Física e Desporto Escolar (GEFID) e as normas técnicas e pedagógicas estabelecidas para o Desporto Escolar.” (RGJEDF, 2018 p. 19). Porém, torna-se irrisório conter apenas um artigo tratando diretamente sobre esse aspecto, já que se trata de um evento que almeja a formação integral do indivíduo.

Parte fundamental no que concerne ao comportamento dos estudantes nos jogos são os professores. Eles compõem a parte intermediária entre a gestão e os alunos, esperando-se deles exemplo e atitudes que influenciarão positivamente os estudantes na participação do evento. Eles têm não somente o momento dos jogos para intervenção com seus alunos, mas toda a fase anterior, a fase de preparação, podendo abrir caminhos e incentivar os alunos a melhor aproveitarem o evento e o que ele proporciona. Dessa forma, os professores são parte importante para o alinhamento entre o que o RGJEDF e o gestor propõem como objetivos e o comportamento dos alunos. Há a esperança de contribuição por parte da ação do professor no discurso do gestor, que afirma:

Então, a gente almeja que seja um comportamento em que ele entenda a competição como um processo natural que vai estimular o estudante a estar se desafiando, a estar buscando o melhor e não simplesmente vencer, a vitória pela vitória, [...] que eles [professores] orientem seus alunos a estarem adotando uma postura de respeito aos adversários, de entender que existem diferentes níveis de habilidades e que nem por isso eles devem desmerecer um colega ou o adversário. (GESTOR)

Em contrapartida, há comportamentos de professores não condizentes com o esperado, que muitas vezes conduzem os alunos a caminhos opostos ao caráter pedagógico, exacerbando a competição e o rendimento. O gestor destaca esse aspecto da má postura dos professores e da intervenção por parte da coordenação, comentando:

“É lógico que no dia a dia a gente vê diferentes comportamentos. Tem muitos professores que tem um comportamento que a gente não entende como adequado e por isso entra a parte da coordenação de tentar dialogar e quando esse comportamento extrapola a razoabilidade entra a comissão disciplinar especial.” (GESTOR)

Embora o gestor fale acerca do comportamento esperado por parte dos professores, no documento dos jogos há somente ações técnicas ou punitivas atribuídas a eles, não constando competências pedagógicas as quais contribuirão para o seguimento da formação integral dos alunos. Ocorre o mesmo quanto à falta de dispositivos de ordem pedagógica associados à punição no RGJEDF. Pode haver um melhor alinhamento entre o discurso a nível da gestão e o que consta na letra do documento regimental. Sugere-se, então, a complementação do RGJEDF com dizeres de cunho pedagógico quanto às punições e às atitudes dos professores para dar ciência e reforçar o que o evento se propõe.

## **2.7. Rendimento x educação**

Outros pontos de tensão nessa dualidade já foram comentados, como a busca por talentos, inclusão/exclusão e caráter punitivo. Neste tópico será dado maior destaque a pontos no RGJEDF que estão diretamente ligados ao esporte de rendimento, como a busca pelo rendimento máximo visando a fase nacional, a mercantilização por meio de propagandas nos uniformes, premiação, regras, entre outros. Estes pontos, ainda que tenham estreita relação com a dimensão do alto rendimento, oscilam entre contribuir em parte com o Esporte Escolar e reproduzir a lógica do desempenho.

### 2.7.1. Nomenclatura

Quanto à nomenclatura utilizada no RGJEDF para tratar dos estudantes participantes dos jogos, usa-se os termos “estudante/atleta” ou “aluno/atleta”. No entanto, qual seria o motivo de atrelar à palavra “estudante” o termo “atleta”? Há real necessidade quando se trata de um evento envolvendo estudantes? O termo “atleta” traria alguma legitimidade a mais pelo evento envolver modalidades esportivas? Esses são possíveis questionamentos quanto ao termo utilizado. Ser um atleta de determinada modalidade esportiva requer uma busca por resultados técnicos de desempenho e isso remete ao desporto de rendimento. Por isso, há a possibilidade de equívoco quando se atrelam os dois termos: “estudante” e “atleta” no regulamento. A nomenclatura “estudante/atleta” remete à dupla carreira, fenômeno vivido por jovens que tem uma dedicação ao esporte no período em que estão em formação acadêmica (MELO et al, 2014, p. 617). Ou seja, a palavra “atleta” traz consigo um perfil envolto de compromissos e responsabilidades, uma rotina de treinamentos, cobranças por resultados, que talvez não retratem a realidade da maioria dos estudantes participantes dos JEDF, e, por conseguinte, esse perfil não se alinha aos objetivos dos jogos.

A palavra “estudante” aparece no RGJEDF por duzentas e seis (206) vezes, as quais cento e noventa e três (193) sendo atrelada ao termo “atleta”. Já a palavra “atleta” aparece por vinte e sete (27) vezes sem estar ligada ao termo “estudante/atleta”. Para essa análise, remete-se ao estudo de Frizzo (2013), onde o autor aponta no regulamento dos Jogos Escolares do Rio Grande do Sul um artigo que refere-se a alunos e atletas como sinônimos (p. 169). Nessas 27 vezes onde a palavra atleta é encontrada no RGJEDF, há também essa relação apontada por Frizzo (2013). Embora haja uma aproximação entre o esporte de rendimento e o esporte escolar em alguns aspectos, este engloba “competições entre escolares” (TUBINO, 2006, p. 23), não entre atletas.

Ao fazer a análise, soa como incoerente a nomenclatura utilizada no RGJEDF. Não se trata de atletas nem de estudantes/atletas em sua maioria, entendendo que possa haver alunos que vivenciem a dupla carreira. Por outro lado, certamente, trata-se de estudantes participantes dos jogos escolares em

sua totalidade. Além disso, o termo “atleta”, segundo a análise, demonstra um desalinhamento entre seu perfil e os objetivos almejados nos JEDF.

### **2.7.2. Regional x Nacional**

As etapas dos jogos escolares acontecem em cadeia. Primeiramente, no Distrito Federal ocorre a fase de disputa em regionais, onde aquelas equipes que se sagram campeãs são classificadas para a fase distrital. Enquanto que os vencedores da fase distrital tem vaga para a competição escolar nacional. Essa lógica é baseada em índices técnicos, ou seja, quem alcançou a vitória é quem possui a vaga para a fase subsequente. Entretanto, Costa (2015) ao entrevistar um professor dirigente regional e constatar a sujeição das atividades da etapa regional aos critérios da etapa nacional, enfatizando a importância ao índice técnico numa competição a nível escolar, critica veementemente essa lógica afirmando:

Aspectos como esses reforçam a contradição. Aludem ao problema de que o padrão do rendimento é o elemento central da gestão do esporte escolar, algo que foge ao propósito de uma perspectiva educativa, que por sua vez, deveria ser a expressão máxima dos jogos. (p.83)

É válida a crítica feita pelo autor quanto à ênfase que o professor dirigente deu ao índice técnico. Realmente, esse não deve ser o foco principal dentro de um evento escolar. Contudo, é legítimo utilizar-se do índice técnico para classificar participantes para as etapas subsequentes. Em se tratando de um jogo, haverá um ganhador, e é este quem garantirá uma vaga na próxima fase. O que não deve ser feito é a exacerbação da competição, pelo alcance dessa vitória e a conquista dessa vaga. Haver um ganhador, também não significa um favorecimento à exclusão, mas, como evento educativo, é necessário que a participação e a formação através da linguagem esportiva sejam mais importantes que o fato de ser campeão. O gestor contribui:

A competição é inerente aos jogos. Por outro lado, ela não é o foco principal, eu não busco só o rendimento do aluno, eu entendo que através da competição, da vivência do esporte, eu vou contribuir na formação do aluno. (GESTOR)

A vitória precisa ser vista como algo real, possível, mas, acima de tudo, uma consequência. Ou seja, é louvável o aluno ganhar e garantir uma vaga na etapa nacional, ter a oportunidade de vivenciar tal experiência, porém, ainda

que ele não alcance esse logro, deve-se ressaltar a grande valia da sua participação nas etapas distrital e/ou regional para sua formação como indivíduo.

Ainda que o RGJEDF disponha em vários dispositivos sobre a parte técnica da relação entre a etapa regional e nacional, o gestor demonstra conhecimento no que concerne ao valor educativo dos jogos e o movimento do esporte escolar, destacando:

Eu nunca achei que a competição “se fecha nela mesma”, o problema é a exacerbação da competição. Mas eu acredito que o esporte escolar, e mesmo o esporte de competição, ele tem um potencial pedagógico, ensina valores e contribui para a formação integral do estudante. Eu acredito que o esporte fora da EDF ele complementa o trabalho que é desenvolvido na EDF. Pra mim, a criança ela tem a oportunidade de aprender coisas através dessa vivência no esporte e os jogos escolares contribuem pra isso, que são aprendizados que vão até além da EDF, [...] (GESTOR)

No sentido de conscientização para o caráter educacional dos jogos, se fazem necessárias e oportunas ações por parte da gestão, principalmente, as gestões regionais, por haver um maior alcance em número de estudantes. Trata-se de ações à parte da época de acontecimento dos jogos em prol do conhecimento do esporte escolar, utilizando-se da escola, do ambiente escolar e dos professores. Ainda que seja possível sugerir uma complementação pedagógica no documento dos jogos na tentativa de desviar o foco do índice técnico, ações de conscientização poderiam ser mais eficazes em valorizar a participação nos jogos e conseqüente mudança de comportamento por parte dos estudantes.

### **2.7.3. Desempate**

O índice técnico, como comentado, tem sua legitimidade para alguns fins de classificação, o problema seria colocá-lo como foco principal dentro da dimensão educacional do esporte. Um exemplo da utilização do índice técnico dentro dos JEDF que fugiria à lógica educacional são os critérios de desempate. Caso seja favorecido um critério que valorize a marcação de pontos, confronto direto<sup>7</sup>, maior número de vitória, menor número de derrotas, entre outros, reforça-se a busca pelo rendimento e pelos resultados. A partir dos critérios de desempate utilizados nos JEDF, espera-se que as equipes

---

<sup>7</sup> Critério de desempate o qual favorece quem obteve vitória no jogo realizado por equipes empatadas

tomem posturas com o intuito de alcançarem placares elásticos<sup>8</sup> e a melhor vitória possível. Além disso, desfavorecem equipes tecnicamente mais fracas.

Quanto a essa temática, Costa (2015) comenta sobre a fala de um professor participante da etapa nacional dos jogos escolares que destaca justamente essa lógica focada no índice técnico. O professor destaca a estrutura da competição que “obriga” a obtenção de altos índices técnicos para garantir vaga nas finais sem a dependência de outros resultados. Nesse sentido, o autor afirma:

Isto ocorre devido ao regulamento dos esportes coletivos das Olimpíadas Escolares, que privilegia demasiadamente o índice técnico em detrimento do viés pedagógico, esquecendo completamente o contexto do esporte escolar, que se deve pautar por uma disputa saudável, em que a busca pela vitória, mesmo sendo legítima, passe sem a necessidade de sobrepujar o adversário de maneira a arriscar poder humilhá-lo. (COSTA, 2015 p. 82)

Todas as modalidades coletivas do JEDF adotam critérios de desempate baseados em rendimento técnico, reforçando a lógica do esporte de rendimento. Na oportunidade de participar de um evento educacional, questiona-se se não seria mais útil e eficaz para os alunos a gestão adotar critérios com foco comportamental. O desempate entre as equipes levaria em consideração, por exemplo, número de faltas, número de punições com cartões (amarelo ou vermelho), cumprimento de horários, entre outros. Talvez, critérios comportamentais se aproximassem mais à lógica educacional dos jogos.

Tendo em vista a realidade dos critérios de desempate adotados pelo RGJEDF nos regulamentos específicos das modalidades coletivas, ressaltando os índices técnicos, cabe a reflexão em concordância com Costa (2015) sobre “que tipo de valores nossas crianças e jovens estariam construindo frente a esta realidade?” (p. 82). Para um maior alcance do caráter pedagógico dos JEDF, a reflexão contribuiria para uma possível reformulação dos dispositivos que versam sobre desempates do documento.

#### **2.7.4. Premiação**

No artigo cinquenta e dois do RGJEDF (p. 17), trata-se sobre a premiação para os participantes dos jogos. Os classificados nos primeiros lugares (1º, 2º e 3º) serão premiados com medalhas e troféus nas etapas

---

<sup>8</sup> Quando uma equipe marca muitos pontos sobre a equipe adversária

regional e distrital. Nada que seja diferente das competições de alto rendimento, salvo aquelas que acrescentam prêmios em dinheiro ou bens, como por exemplo, carros.

A discussão nesse ponto do RGJEDF não é quanto à entrega de medalhas e troféus, a crítica é somente em premiar com medalhas e troféus. Além disso, pode haver destaque e premiação àquelas equipes que foram exemplos de participação quanto ao comportamento, que talvez não seja nem o 1º, 2º ou o 3º colocado. Sendo um evento onde participam estudantes, por que não premiá-los com oportunidades de bolsas integrais ou parciais em cursos de línguas estrangeiras, instrumentos musicais ou computação? Ou então, com materiais escolares? Há a possibilidade de extrapolar essa premiação quanto ao resultado e fazer jus ao caráter educacional do evento.

#### **2.7.5. Regras**

No começo de cada regulamento específico das modalidades esportivas no RGJEDF tem escrito que serão seguidas as regras oficiais de cada modalidade. Pode-se entender aqui como sendo mais um ponto de reprodução do esporte de rendimento. Contudo, após os dizeres do seguimento das regras oficiais, há uma ressalva na tentativa de adequar aquele esporte de rendimento ao esporte escolar. Esse é um ponto positivo no que concerne às regras e encontra-se em contraponto a uma reprodução estrita do alto rendimento.

Serão utilizadas nas análises as modalidades coletivas dispostas no RGJEDF pela possibilidade de haver estudantes suplentes e, por consequência, haver a necessidade de adequação do regulamento para assegurar a participação de todos durante os jogos.

Nas modalidades coletivas, segundo os regulamentos específicos dos JEDF, as bolas utilizadas são aquelas com padrões oficiais do esporte de alto rendimento. Embora, se configure uma reprodução do alto rendimento, nesse aspecto torna-se viável e positivo, pois trará a utilização de objeto com qualidade certificada para o jogo.

Ainda sobre as modalidades coletivas e fazendo menção ao rol daquelas ressalvas que tentam adequar os JEDF ao conceito do esporte escolar, o RGJEDF traz regras de participação em um tempo determinado no regulamento de todos os estudantes relacionados nas súmulas dos jogos:

#### BASQUETE - 12 a 14 anos

9.4 Todos os estudantes/atletas deverão jogar um quarto completo, e ficar um quarto completo fora, até o terceiro quarto de jogo, sem ser substituído, isto para equipes com onze e doze (11 e 12) jogadores. Com oito (08) a dez (10) jogadores, esta regra deve ser seguida até o término do segundo quarto. (p. 26)

#### FUTSAL - 12 a 14 anos

4.4. Todos os estudantes/atletas relacionados na súmula deverão jogar no mínimo 1 quarto completo, salvo em caso de contusão. (p. 31)

#### HANDEBOL - 12 a 14 anos

6.2. No décimo minuto, haverá uma parada obrigatória no cronômetro de trinta (30) segundos a um (01) minuto, sendo que os estudantes/atletas reservas em condições de jogo deverão substituir os titulares e não mais poderão ser substituídos até o final do 1º tempo, salvo em caso de contusão. (p. 36)

#### VOLEI - 12 a 14 anos

8.2 No intervalo do 1º para o 2º set deverão no mínimo 02 (dois) jogadores “reservas” substituírem jogadores “titulares” [...] Estes 02 (dois) jogadores “reservas” que entrarem no segundo set só poderão ser substituídos em caso de contusão e os mesmos não poderão retornar ao jogo. Os demais jogadores poderão substituir a qualquer momento do 2º set, os jogadores que já tenham participado do 1º set. (p. 53)

É importante que haja essa adequação de participação e volta-se ao ponto da inclusão. A partir do momento que o aluno demonstra o interesse pela modalidade, o mínimo de empecilho e o máximo de acessibilidade deve haver para a sua participação efetiva. Essa é uma ação concreta no sentido do caráter pedagógico dos jogos.

Entretanto, curiosamente, nota-se essa adequação de regras em prol da participação de todos os estudantes envolvidos somente na categoria de 12 a 14 anos. Em nenhuma das modalidades esportivas essa adequação é feita para os jogos na faixa etária de 15 a 17 anos. Concomitantemente, o RGJEDF faz uso de uma ação voltada à participação, inclusão, dando um enfoque diverso do rendimento e, em contrapartida, nega essa ação. Qual seria o motivo de não incentivar também a participação na categoria dos estudantes com maior faixa etária? Não conter essa adequação na categoria de 15 a 17 anos reforça os valores e a lógica do alto rendimento, excluindo e visando a competição por ela mesma.

Nessa temática de dispositivos que estabeleçam uma relação entre a competição e seu caráter educacional, porém tratando da etapa nacional dos jogos, Costa (2015) num primeiro momento lamenta:

Poucas adaptações foram feitas para aproximar o esporte a uma concepção pedagógica mais aceitável. Uma delas – a única por sinal – a da obrigatoriedade da participação efetiva dos alunos durante os jogos das modalidades coletivas. Portanto, exige-se que o aluno, inscrito na súmula de jogo, participe no mínimo de um tempo pré-estabelecido em regra a fim de evitar que os professores com o intuito apenas da vitória, privilegie em jogo aqueles que tenham melhor proficiência esportiva, excluindo outros sujeitos da prática direta da modalidade. (p. 82)

Embora concordando com o que foi exposto pelo autor, soa como uma abordagem pessimista da situação encontrada nos jogos. Porém, num momento subsequente, ele ressalta, se mostrando mais otimista:

É possível considerar esta ação como um avanço rumo a uma prática esportiva de cunho competitivo que estabelece ligações com objetivos educacionais, aproximando-a do contexto que se requer do esporte escolar. (COSTA, 2015 p.82)

É preferível optar por essa visão mais otimista, pois utilizar-se de uma linguagem tão afirmada na sociedade como é a linguagem esportiva e tentar criar em paralelo novas concepções da sua prática é uma tarefa nada fácil. Precisa-se de um movimento de conscientização sobre o potencial educativo do esporte. Como já comentado, segundo Costa (2015), mostrar que o rendimento não é um caminho único e que há outras perspectivas para a continuidade do estudante no esporte, como por exemplo, o lazer (p. 84). Qualquer conquista nesse sentido torna-se um avanço e precisa ser valorizada.

Outro ponto a ser destacado na adequação de regras das modalidades coletivas é o fato de, mesmo havendo a derrota, a equipe computa pontos. O RGJEDF, em cada regulamento específico, dispõe a pontuação para cada modalidade em cada resultado:

#### BASQUETE

5. A contagem de pontos, por jogos será a seguinte:
- 5.1. Vitória - dois (02) pontos;
  - 5.2. Derrota - um (01) ponto;
  - 5.3. Ausência - zero (00) ponto; (p. 25)

#### FUTSAL

6. A contagem de pontos por jogo, para a classificação, será a seguinte:

- a) Vitória - 03 (três) pontos;
- b) Derrota nas penalidades – 2 (dois) pontos
- c) Derrota - 01 (um) ponto;
- d) Ausência - 00(zero) ponto; (p. 31)

#### HANDEBOL

8. A contagem de pontos por jogo, para a classificação será a seguinte:

- a) Vitória no tempo normal- 03 pontos;
- b) Vitória no tempo extra/7m- 02 pontos;
- c) Derrota- 01 pontos
- d) Ausência-00 ponto; (p. 36)

#### VOLEI

11. A contagem de pontos por jogos, para a classificação, será a seguinte:

- a) Vitória - 3 (três) pontos;
- b) Derrota - 1 (um) ponto;
- c) Ausência - 0 (zero) ponto; (p. 53)

Desse modo, ressalta a participação dos estudantes ainda que a equipe não alcance um resultado positivo quanto ao índice técnico. Houve a participação e esse é o ponto principal a ser pontuado. Além disso, aumentam as chances, mesmo em índices técnicos, para uma possível classificação numa soma de pontos, posteriormente. As equipes somente não pontuarão caso haja ausência, ou seja, não houve participação.

#### **2.7.6. Mercantilização**

Por fim, a mercantilização está presente nos JEDF. O RGJEDF, em seu artigo cinquenta e um, inciso primeiro, destaca

Será permitida a inserção de logomarca de patrocínio nos uniformes dos estudantes/atletas e da comissão técnica, desde que não faça alusão política e filosófica, a bebidas alcoólicas, cigarros ou produtos que induzam ao vício; (p. 17)

Quanto a esse tema, há dois pontos a serem analisados: um negativo e outro positivo. O ponto negativo é a reprodução da lógica do esporte de alto rendimento. É comum ver empresas patrocinarem atletas e times esportivos bem como alugar espaços publicitários em estádios e arenas, pois elas sabem que o esporte possui uma grande influência perante os consumos da sociedade. Tendo ciência disso, essas empresas atrelam seus produtos às modalidades esportivas, dando grande visibilidade e legitimidade a eles. Ainda que aquele produto não tenha relação direta com a modalidade, poderá ter grande valorização se ligada a uma figura midiática do esporte. Por exemplo,

jogadores de futebol que fazem comerciais televisivos de cerveja, aparelho de barbear, operadora telefônica, ou até mesmo, roupas íntimas e esses produtos ganham destaque. Nos JEDF, embora com uma repercussão menor, segue-se a mesma lógica de tentar uma visibilidade e rentabilidade por meio do evento.

Costa (2015) fala sobre, no Brasil, haver a necessidade de redimensionar o esporte para que atenda aos objetivos escolares. Porém, essa ação vai de encontro à força da indústria esportiva e midiática, que tem interesse na mercantilização do esporte, em aproximar o esporte escolar à dimensão espetacularizada. A lógica da inserção de logomarca de patrocínios nos uniformes dos estudantes pode ser vista como uma reprodução daquilo que é feito no alto rendimento. Há um interesse mercadológico por trás do patrocínio, de ser visto, de vender um produto ou serviço, mesmo no âmbito do esporte a nível escolar.

Por outro lado, ainda que haja esse interesse mercadológico do patrocínio, o ponto positivo seria o auxílio financeiro para as escolas na confecção de uniformes, compra de lanches, de água, de materiais esportivos, entre outros aspectos que compõem a logística das equipes nos jogos.

Por fim dessa discussão, com os objetivos propostos neste trabalho, espera-se ter contribuído de alguma forma para possíveis e futuras melhorias quanto aos Jogos Escolares do Distrito Federal e fomento do Esporte Escolar. Entende-se, também, possíveis limitações ou incapacidades na discussão e aprofundamento de alguns dispositivos do tema. Porém, o presente estudo foi realizado prezando atingir a melhor análise possível, considerando os materiais utilizados e objetivos propostos.

## CONCLUSÃO

Conclui-se, então, a partir das leituras e discussões realizadas para este trabalho, que muito se fala por parte do documento dos jogos escolares e do discurso do gestor quanto ao aspecto de inclusão e participação, porém limita-se o número de participantes por modalidades em cada unidade escolar. Esse fato torna-se ainda mais incoerente nas etapas regionais, as quais possuem uma maior abrangência em número de estudantes, pois não há o advento da classificação de uma etapa para a outra. Caso o objetivo dos Jogos Escolares e da gestão seja, realmente, pela maior participação e inclusão dos estudantes, o que está exposto torna-se contrário ao objetivo. Por outro lado, é louvável a adequação de regras nas modalidades coletivas, na categoria de 12 a 14 anos, pela participação, com tempo pré-estabelecido, de todos os estudantes que constam na súmula de jogo. Entretanto, limita-se somente à categoria dos menores, não abrangendo os estudantes de 15 a 17 anos.

Quanto à democratização do esporte através dos Jogos Escolares, nota-se um interesse no discurso do gestor em que ocorra o maior acesso de alunos à prática esportiva. Ele extrapola a perspectiva do âmbito dos jogos, comentando sobre a possibilidade de um movimento que pode ser gerado pelos jogos.

Há alguns pontos de tensão entre o desporto escolar e o desporto de rendimento no regulamento dos Jogos Escolares do Distrito Federal que podem ser apontados. Dentre eles estão a busca por talentos, precisando ser melhor redigida; a nomenclatura utilizada para tratar dos estudantes, sendo “estudante/atleta” ou usando os termos “estudante” e “atleta” como sinônimos; a exaltação do índice técnico como forma de desempate entre as equipes nas modalidades coletivas, não aproveitando o ensejo de uma competição a nível escolar para ressaltar aspectos comportamentais. Tal fato leva a exacerbação da competição, tornando-se algo não salutar; a premiação restringir-se somente a medalhas e troféus; a mercantilização presente nos jogos com o advento de logomarcas de patrocinadores no uniforme dos estudantes. A crítica é feita não tanto no sentido de abolir tais dispositivos, mas adequá-los à

lógica educacional e como estão expostos, estes dispositivos aludem, exclusivamente, à lógica de desempenho.

Em alguns dispositivos do regulamento, também é possível notar ambiguidades e falta de informação. Ao cruzar os dados da entrevista com o que se tem escrito no documento, há desalinhamentos ou, pelo menos, informações incompletas. Por exemplo, a busca de talentos, não especificando ser um talento a nível escolar e não profissional; a punição por parte da Comissão Disciplinar Especial, não expondo um caráter pedagógico da punição; a conscientização por parte das unidades escolares para o caráter pedagógico dos Jogos Escolares, focando a participação e, certamente, uma contribuição para o desenvolvimento integral do estudante.

Portanto, vemos uma consciência do discurso do gestor quanto ao potencial educativo da política pública dos Jogos Escolares, a busca por uma máxima participação e pela democratização do esporte e a preocupação com a formação integral dos alunos. Claramente, há uma predominância do esporte educacional. Por outro lado, o documento que rege os jogos ainda predomina a lógica técnica, do resultado, do rendimento, necessitando haver reformulações e/ou adequações em seus dispositivos para o caráter pedagógico.

Sugere-se a adequação de alguns dispositivos ao Esporte Escolar, conforme aqueles explicitados como pontos de tensão entre o desporto educacional e o desporto de rendimento; melhora no texto do regulamento quanto aos incisos que dão margem a interpretações dúbias e quanto ao caráter pedagógico dos jogos, principalmente, no que diz respeito a punição. É importante ressaltar esse caráter na Comissão Disciplinar Especial tanto para alunos quanto para professores; não limitação quanto à participação dos alunos nas etapas regionais, dando, assim, oportunidade de um contato educacional pela prática dos jogos. Por parte da gestão, seria proveitoso, anteriormente aos jogos, ações junto às escolas para a conscientização acerca do Esporte Escolar e a reflexão sobre novas concepções da prática esportiva, considerando e reforçando o lazer, por exemplo. Torna-se pouco eficaz, pois, tratar dos objetivos do Jogos somente na abertura do evento ( e quando ocorre a abertura).

Sugere-se, também, acerca do enriquecimento da política pública o advento de outras modalidades que não sejam aquelas esportivas ou olímpicas

como a dança, acrobacias, “cheerleader”, entre outras. Além disso, aumentar a participação dos alunos na organização, ornamentação, animação dos Jogos Escolares.

Uso das palavras de Costa (2015) para expressar a necessidade da continuidade rumo a uma maior expressividade do Esporte Escolar e da educação através da linguagem desportiva. O autor diz que “é mister buscar novos rumos para o esporte escolar sob pena de se assim não o fizermos, correremos o risco de ter seu espaço tomado inteiramente pelo esporte de rendimento.” (COSTA, 2015 p.79). Ainda que em concordância com o autor, tendo a ser mais otimista e buscar ressaltar aquilo que já foi conquistado e olhando com otimismo para onde se quer chegar. Sendo assim, e acreditando em uma educação através da linguagem esportiva, “importa menos aquilo que o esporte de rendimento é na sociedade e muito mais o que fazemos com ele no processo educacional” (LOVISOLO, 2001, p 110). Os Jogos Escolares do Distrito Federal, alinhando-se à fala do gestor e sua perspectiva quanto ao Esporte Escolar, pode sim e cada vez mais, contribuir para a formação integral dos estudantes.

Por fim, entende-se aqui a limitação desse trabalho, ficando por conta de uma análise da política pública a partir de documentos, entrevista com o gestor e confronto com autores e textos relacionados ao tema. Entretanto, entrevistas com alunos, professores, diretores locais, e, até mesmo, assistir aos jogos para entender em que condições eles estão acontecendo enriqueceria as análises. Haveria um levantamento maior de dados, contrastando-os entre organização e prática, tendo uma noção mais aproximada se o evento impacta positiva ou negativamente na vida dos alunos quando expostos à dualidade esporte e educação e a forma como isso se daria. Também seria mais preciso dizer a qual dimensão do esporte, predominantemente, os Jogos Escolares do Distrito Federal estão acontecendo. Este trabalho também deixa a lacuna acerca de estudos com relação à participação dos estudantes nos jogos por cada Região Administrativa, seja por modalidade, gênero, idade, entre outras funções nas áreas de organização, ornamentação, animação, possibilitando maior participação na política pública.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, André; MARTINS, Francisco; SARMENTO, Pedro. Jogos Escolares Brasileiros: reconstrução histórica. **Revista Motricidade**, Vila Real - Portugal, v. 8, n. S2, p. 916-924, 2012

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **EM TESE - Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. v. 2, nº 1 (3), p. 68-80, janeiro-julho 2005.

BRACHT, Valter. Esporte na escola e esporte de rendimento. **Movimento**, Porto Alegre/RS, v.6 nº 12, p. 14-24, 2000.

\_\_\_\_\_. **Aprendizagem social e Educação Física**. Porto Alegre: Magister, 1992.

CHERVEL, André. História das Disciplinas Escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação**, Porto Alegre: Pannonica, n.2, p. 177-229, 1990.

COLLI, Eduardo. **Universo olímpico: uma enciclopédia das olimpíadas**. São Paulo: Códex, 2004

COSTA, Jonatas Maia da. Esporte escolar no Brasil: Contradições e possibilidades. **Revista Kinesis**, Santa Maria/RS, v. 33, nº 1, jan-jun de 2015.

DE CASTRO, Lúcio. Memórias do chumbo: O futebol nos tempos do Condor – Brasil. Documentário ESPN Brasil, 2012.

ESTEVES, Bruno Botti. A trajetória do esporte moderno: dos primórdios ao fenômeno social. **EFDeportes.com, Revista Digital**. Buenos Aires, ano 19, nº 199, dez de 2014.

FORQUIN, Jean-Claude. Saberes Escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. **Teoria e Educação**, Porto Alegre: Pannonica, n.5, p.28- 54, 1992.

FRIZZO, Giovanni. Os jogos escolares como mecanismos de manutenção e eliminação: uma crítica à lógica esportiva na escola. **Movimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 04, p. 163-180, out/dez de 2013.

GERHARDT, Tatiana; SILVEIRA, Denise. **Métodos de pesquisa**. 1ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KRAVCHYCHY, Claudio et al. Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação. **Movimento**, Porto Alegre, v. 18, n. 02, p. 339-350, abr/jun de 2012.

LOVISOLO, Hugo. Mediação: esporte rendimento e esporte da escola. **Movimento**, Porto Alegre/RS, v.7 nº 15, 2001.

MEIHY, Murilo; SOUZA, Luana. O esporte como ferramenta política e diplomática: o caso do boicote americano às Olimpíadas de Moscou (1980). **FuLiA / UFMG**, v. 2, n. 3, p. 147-159. set.-dez., 2017.

MELO, Victor de. Por uma história do conceito esporte diálogos com Reinhart Koselleck. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 32, n. 1, p. 41-57, setembro 2010.

MELO, Leonardo de; SOARES, Antonio; ROCHA, Hugo. Perfil educacional de atletas em formação no futebol no Estado do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira Educação Física e Esporte**, São Paulo; v.28, n.4, p. 617-628, Out-Dez 2014.

NÓVOA, Antônio. **História da educação: perspectivas atuais**. 1994 (mimeo.)

OLIVEIRA, Vitor Marinho. **O que é educação física**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

PASSOS, Felipe Barbosa. **Análise do esporte na política de assistência social**. 2017. 275 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física. Universidade de Brasília. Brasília. 2017.

PRONI, Marcelo. A metamorfose dos jogos olímpicos (1896-1996). In: **Encontro Regional de História – O lugar da História**, XVII, 2004, Campinas, SP.

TADINI, Rodrigo. O olimpismo de Pierre de Coubertin e sua contribuição para o megaevento esportivo Jogos Olímpicos. In: **Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**, V, 2008, Belo Horizonte, MG. Anais.

TUBINO, Manoel. **O que é esporte**. São Paulo: Brasiliense, 2006

\_\_\_\_\_. **Estudos brasileiros sobre o esporte**: ênfase no esporte-educação. Maringá: Eduem, 2010.

VAGO, Tarcísio Mauro. O “esporte na escola” e o “esporte da escola”: da negação radical para uma relação de tensão permanente. Um diálogo com Valter Bracht. **Movimento**, Porto Alegre/RS: ano III, n. 5, p. 4-17, 1996.